



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: PATRÍCIA BEZERRA

TIPO DA REUNIÃO :AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 26 DE SETEMBRO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Boa tarde. Na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 13ª audiência pública de 2018, convocada para hoje, dia 26 de setembro. Esta audiência pública foi convocada para a prestação de contas das ações e da execução orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao segundo quadrimestre de 2018, nos termos da Lei Complementar Federal nº 141.212. A convocação tem sido publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, sucessivamente, desde o dia 19 de setembro, e foi veiculada nos jornais *O Estado de S. Paul* e *Folha de S. Paulo*, de 25 de setembro.

Esta audiência pública é transmitida pelo Portal da Câmara, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br link Auditórios On-line.

Foram convidados os Srs. Edson Aparecido, Secretário Municipal de Saúde, que está presente; e o Sr. Júlio Cesar Caruso, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde. Há algum representante do Conselho Municipal de Saúde presente? (Pausa)

Estão abertas as inscrições para fazer o uso da palavra, após a apresentação que será feita pelo Secretário. Está presente também o Vereador Paschoal, membro desta Comissão.

Informo que, às 14h, o Secretário precisará se retirar devido a outra agenda, e ficará conosco o Secretário-Adjunto Eduardo.

Desde já agradeço a presença do Secretário, o empenho que tem feito juntamente à Comissão de Saúde.

Tem a palavra o Sr. Júlio Cesar Caruso.

O SR. JÚLIO CESAR CARUSO – Boa tarde. É um prazer muito grande estar nesta Casa, na Comissão de Saúde, presidida pela nobre Vereadora Patrícia Bezerra. Depois que tomei posse à frente da Secretaria de Saúde, é a primeira que estou nesta Casa, mas já tive a oportunidade de receber vários Vereadores desta Casa e a Comissão de Saúde como um todo para tratar de questões relativas à saúde pública na nossa cidade.

Quero agradecer ao Vereador Paschoal pela sua presença. Cumprimento todos os funcionários da Secretaria presentes, dentre os quais estão vários coordenadores regionais, técnicos da Secretaria, de Covisa, do gabinete, da atenção de saúde, da área de finanças, da chefia de gabinete. Cumprimento todos na pessoa do Sr. Eduardo Ribeiro, Secretário-Adjunto. Também cumprimento os representantes de Vereadores presentes, membros de conselhos gestores, membros do Conselho Municipal de Saúde e a população em geral.

Preparei uma apresentação bastante técnica que vou procurar resumir não só nos números, que são públicos, para que possamos fazer o debate, que acredito ser a coisa mais rica desta audiência pública, além, evidentemente, da prestação de contas em si.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. JÚLIO CESAR CARUSO – Este é o quadro das receitas arrecadadas pelo Município e o que deverão ser os recursos para o setor de saúde. Aqui, podemos ver que, no geral, esse valor que estamos apresentando de 20,73% foi o que conseguimos empenhar até o final desse quadrimestre.

Nós empenhamos 20,73% do conjunto do orçamento que tivemos até agora, com operações liquidadas na ordem de 18,14%. Então é um processo de liquidação bastante próximo daquilo que foi empenhado.

Depois, temos aqui toda a nossa execução orçamentária, órgão a órgão. Da Secretaria, tinha como dotação inicial R\$ 8,48 bilhões, depois a sua atualização, que foi empenhado até o segundo quadrimestre R\$ 5,973 bilhões, em números gerais, o que foi liquidado até agora, o que significa que tivemos uma execução de 70% desse orçamento na área da Secretaria.

Na área da autarquia, 75,2%. Depois, na área do HSPM, 70,9% perfazendo um conjunto de 70,7%. Quer dizer, seguramente, no restante do ano, complementaremos toda a utilização dos recursos da Secretaria.

Para se ter uma ideia das fontes que compõem o conjunto do nosso orçamento.

Inicialmente, R\$ 7,578 milhões, atualizado para R\$ 7,943 milhões; fontes federais, R\$ 2,310 bilhões; do Estado, R\$ 16 milhões; e recursos frutos de alienação, R\$ 20,491 milhões. Isso compõe o conjunto das fontes que foram executadas até agora e que deverão ser executadas até o final do ano.

Vocês podem ver que guardamos uma proporção desses valores. Evidentemente, isso depende das transferências estaduais e federais. Mas em relação àquelas que são fontes de alienação e são fontes do Tesouro, estamos cumprindo plenamente a execução do orçamento.

Este é um quadro de evolução, ao longo do tempo, dessas fontes. Por exemplo, de 2008 a 2018, tivemos crescentemente um aumento dos recursos do Tesouro Municipal, uma redução dos recursos na área da União; e também uma redução da área dos recursos do Estado. Depois, veremos o impacto que isso significa para todos nós.

Esta é a composição do nosso orçamento atualizado em 2018. Para vocês terem uma ideia de a que ponto chegamos, o Estado fez, por exemplo, uma transferência de 0,2%. Como decresceram profundamente essas transferências do Estado, causando um impacto bastante grande no conjunto do orçamento. A mesma coisa acontece com as transferências federais, que sempre foram em torno de 27%, 28%, e nós estamos até agora com 22,3%, e não haverá uma alteração muito grande até o final do ano. Portanto, a composição do conjunto do orçamento acabará onerando mais, sem dúvida, o Tesouro Municipal, que evidentemente impactará naquelas operações permanentes da Secretaria.

Aqui, por unidade orçamentária, os gastos que tivemos nesse segundo quadrimestre: Fundo Municipal, Hospital Cachoeirinha, Covisa, Coordenadorias. Mas vocês podem perceber que estão com uma capacidade de execução bastante importante.

Estas são as transferências realizadas por fundos, voluntárias. E podemos ver, no final, os percentuais de participação e de execução.

Agora vamos para o detalhamento das despesas temos na área de pessoal auxílios

e encargos, 1.877 bilhão; contratos de gestão, 3.293 bilhões; somando secretaria, autarquia e HSPM, 916 milhões; prestadores de SUS, materiais médico-hospitalares, medicamento, investimento perfazendo o total de gastos até hoje de 7.291 bilhões, como colocamos na terceira e na quarta que apresentamos.

Aqui também por grupo de despesa, que são os materiais médicos e medicamentos e ali, ao final, Autarquia e HSPM, com total de despesa que tivemos até o final deste segundo quadrimestre, 429 milhões somando material médico e medicamentos.

Este é o detalhamento das despesas pelas entidades e organizações sociais, que são os chamados parceiros. Naquilo que foi empenhado e o grau de execução bastante elevado de cada uma delas, total de 3,35 bilhões com uma execução com o valor empenhado em torno de 98.58%, o que é um índice bastante grande, quer dizer, estamos conseguindo fazer efetivamente a execução desses serviços.

Depois, temos o detalhamento das despesas dos prestadores de SUS, uma lista bem maior e também com um nível de empenho e execução bastante significativo. Depois posso dar para vocês a quantidade de prestadores individuais, mas chega à casa de 540 milhões com nível de execução com praticamente 100%.

O número de estabelecimentos e serviços próprios que temos da Secretaria por coordenadorias regionais. As UBSs no total de 372; as UBSs/AMAs, 86; AMA com Assistência Médica Ambulatorial, 10; Atenção Especializada Ambulatorial, que é hospital-dia, 47; Urgência/emergência, 39; Hospitais Municipais, 20; Saúde Mental, 175 serviços; Saúde Bucal, 34; Reabilitação, 38; e demais que são o SADI, URSI, 108. Perfazendo um total de 955 unidades e serviços que a Secretaria de Saúde disponibiliza para a população da cidade de São Paulo. É uma rede extremamente capilarizada e complexa que temos.

O que demonstra ainda mais essa complexidade é o número que tivemos de consultas realizadas nesses estabelecimentos. Aí tem um histórico de 2015, 2016, 2017 e 2018 e seguramente hoje já estamos com 15.272.723 consultas médicas realizadas até este

momento. Como vocês podem perceber, vamos nos aproximar de um patamar histórico que se teve até hoje em relação aos anos anteriores. Já chegamos então ao final do segundo quadrimestre a 15.272 milhões de atendimentos no conjunto da nossa rede.

A divisão que nós temos dos atendimentos dessas consultas realizadas na administração direta, na administração direta e com contrato de gestão, convênio e com os contratos de gestão em termos de convênio. Então, na linha roxa, tem a totalidade dessas consultas divididas pelas áreas desse tipo de fonte de despesa.

Na área de consulta de atendimento especializado, urgência e emergência, temos aí 684 mil no primeiro quadrimestre. Não tenho acumulado. E também na área dos parceiros.

Este é um retrato da questão da ferramenta, do Agenda Fácil, que temos. Para vocês terem uma ideia estão aqui os números que foram executados nesse período: total de cadastros realizados, 50.654 e total transações realizadas 58.588. Total de autorizados e cadastrado, 146 mil. Finalmente, o total de usuários que passaram pelo sistema, 81.469.

Aqui é um pouco os quadros gerais da estrutura, do perfil sociodemográfico da nossa população, que é exatamente onde se viu toda essa quantidade enorme de serviços prestados durante esses dois quadrimestres. População, 12.176 milhões habitantes, uma área de 1.000.503 metros quadrados, a densidade demográfica que está 30,4 milhões de domicílios. Para se ter uma ideia, então, do nível do desafio que nós temos nessa área da Saúde.

Aqui estão os números de mortalidade infantil, evidentemente, aqueles mais complexos, nas áreas mais longínquas, mais periféricas da Cidade, com total alcançado até agora de 11,2, o que está dentro uma margem palpável, possível. Algumas regiões com números um pouco melhores que podemos depois dar um detalhamento maior.

Esse é o conjunto dos números da cidade. Esse quadro que traz a razão da mortalidade materna, na situação atual, com as características em cada uma das áreas e que também direcionam a estratégia que nós estamos utilizando, no sentido de concentrarmos esforços em algumas regiões da cidade, que apresentam desempenhos mais

comprometedores em termos de alguns indicadores que a gente vai poder ver mais à frente.

Aqui é que se localizam, no conjunto da rede, todo aquele conjunto de orçamento que a gente apresentou. É dessa forma que se distribuem no conjunto nosso da Secretaria. Você já tem um pouco de clareza sobre isso, mas como estão separadas pelas áreas de coordenadorias, a composição nossa é na área de AMAs. E aqui se levando em conta que nós retomamos o funcionamento daquelas 13 AMAs que haviam sido, que cessaram os serviços no início do ano. Todas elas retomadas e em funcionamento.

Aqui a divisão por área das equipes de saúde da família, o detalhamento de cobertura que nós temos região por região. Algumas regiões com grau de cobertura bastante significativo, como é o caso da zona Sul, e outras evidentemente que a gente tem o desafio de poder avançar nas demais regiões, mas o que mais se destaca, sem dúvida nenhuma, é a cobertura das equipes de saúde da família na região Sul da cidade. Evidente que a composição é diferente, se você for pegar uma área como a central é outro tipo de composição, enfim, e outras regiões que são demograficamente menores.

Na área de saúde bucal, esses são os números que nós tivemos até agora. Aqui é importante salientar que acabamos de realizar um conjunto de seis encontros com os dirigentes de saúde nas coordenadorias. Reunimos cerca de três mil funcionários, e uma das determinações que foi dada pelo Prefeito, ele participou de todos eles, nós devemos elaborar um programa mais estruturado de saúde bucal na cidade. Isso é algo que nós vamos nos debruçar e, em 45 dias, a gente deve apresentar isso ao Prefeito, aos Vereadores e Conselho Municipal.

A questão da cobertura vacinal, nós alcançamos, então, na tarde de ontem: 95,7 a cobertura de pólio e 95,1 a cobertura da vacinação da tríplice viral, o que foi bastante importante. Ainda é fundamental destacar, nós ainda vamos com a campanha até o dia 29, mas é importante destacar a participação dos funcionários da Secretaria, da Covisa, destacarmos a participação dos coordenadores regionais. Fizemos um processo de busca ativa

em dois finais de semana, 15 mil funcionários da Secretaria foram de casa em casa fazer a busca ativa de crianças que não haviam sido vacinadas e fizemos uma parceria com a Secretaria de Educação, que antes era feita apenas em janeiro, agora fazemos em agosto, no ato da matrícula das crianças de um a cinco anos nas creches, nós detectamos as crianças que ainda não haviam sido vacinadas.

A Secretaria de Educação informou à Secretaria de Saúde e com isso foi possível nós avançarmos e chegarmos ao grau de cobertura necessário, que era de 95%. Seguramente até sábado, dia 29, quando se estende a campanha. Nas regiões que ainda têm por características socioeconômicas onde há um menor índice de vacinação, nós vamos também fazer um trabalho concentrado nessas áreas, com clínicas particulares e todo o tipo de iniciativa que a gente possa ter uma cobertura ainda maior em relação à vacinação.

Achamos importante colocar aqui, não só esse balanço que depois vamos poder nos debruçar, de execução orçamentária de forma mais detalhada, mas também um pouco, embora a gente tenha um plano de metas para o ano, embora tenhamos diretrizes estabelecidas pela Secretaria, à luz do orçamento que ainda temos de executar, nós fizemos todo um reordenamento de preocupações dentro da Secretaria para esse restante de ano e que vai ser fundamental também para a programação de 2019 e 2020. Com isso o processo de alocação, sem haver nenhum prejuízo, de qualquer área dentro da Secretaria. Mas o processo de alocação orçamentária, vai se dar em função de algumas questões que, na nossa forma de ver, são fundamentais. Seguramente, na última apresentação que nós faremos aqui, vamos adequar essa execução orçamentária a isso também. A reestruturação e integração das equipes de coordenação de atenção à saúde, na área de saúde mental, a reabilitação, assistência laboratorial e farmacêutica, uma escuta qualificada dos nossos técnicos, que já iniciamos. A inclusão de 390 novas equipes de atenção básica. Isso já está aprovado em todas as áreas, todo o encaminhamento já foi feito inclusive para a DRS1, então devemos estar habilitados para a composição de mais 390 novas equipes. A viabilização de estudos técnicos para

viabilizar as 13 AMAs que já fizemos e colocamos em funcionamento. Nós também já temos recursos nessa reorientação que estamos dando ao Orçamento. Há disponibilidade de custeio para o processo de titulação de mais de cem médicos, por problema de saúde da família. Estamos iniciando em final de setembro e mês de outubro. Então teremos a titulação de mais cem médicos para o Programa Saúde da Família.

Estamos fazendo ações de expansão da Rede de Atenção Psicossocial. Temos duas novas residências terapêuticas, que já foram entregues, e estamos ampliando esse trabalho. Embora o município de São Paulo não conste do TAC de Sorocaba, até dezembro abriremos 100 novas vagas de residência e terapêutica aqui em São Paulo. Com isso a cidade de São Paulo vai contribuir bastante para a solução desse TAC, que é muito antigo. A Prefeitura de São Paulo não tem nenhuma... não participa dele, portanto, não tem nenhuma obrigação legal, jurídica, mas mesmo assim estamos abrindo cem novas vagas de residência terapêutica aqui na cidade de São Paulo.

Estamos fazendo uma ação muito forte que já se viu nessa ação de vacinação, que é uma aproximação e integração definitiva da Covisa com a coordenação de atenção da saúde. Dessa maneira vamos poder colher melhores indicadores, ainda esse ano, depois estamos fazendo esse processo de integração maior da coordenação de atenção à saúde com as nossas coordenadorias regionais, exatamente com uma atuação mais em foco no território. Ouvindo os profissionais, os técnicos, os conselhos gestores poderemos adequar melhor as soluções que serão tomadas, as decisões que serão tomadas pelo gabinete da Secretaria.

Um pouco nessa perspectiva, e esse trabalho já começa a ser feito agora, nós estabelecemos no campo da atenção básica fortalecer a atenção à saúde, o enfoque no cidadão, o reforço ao papel dos nossos agentes, melhorar a qualidade do trabalho na recepção das unidades de saúde. Nós detectamos e identificamos 58 Unidades Básicas de Saúde que vão demandar uma intervenção imediata da Secretaria, na melhoria da sua instalação. Esses são os casos mais graves, não que não tenhamos outros, mas temos que fazer tudo com

prioridade. Temos de fazer tudo com planejamento, porque aí a gente vai conseguir, ao longo do tempo, solucionar todos eles.

Realizar adequações necessárias ao processo de inauguração de novas UBSs que vou relatar a todos vocês. Deveremos inaugurar até dezembro e aquelas que vão ser inauguradas até o trimestre do ano que vem. Integrar as nossas equipes consolidando dessa forma a rede conforme as necessidades dos usuários e o potencial dos pontos de atenção: UBSs, AMAs, AMA estratégica, Rede Hora Certa, Hospital Dia, enfim.

Aqui caberia uma audiência especial só para que a gente viesse aqui de maneira mais detalhada com os técnicos da Covisa demonstrar o trabalho que vem sendo feito pela Covisa, por essa área da Secretaria extremamente importante, e aí eu queria fazer uma sugestão, de que pudéssemos marcar para meados de outubro o mais tardar uma audiência pública para tratarmos da questão da dengue. O município vai se antecipar, nós vamos nos preparar de forma muito capacitada para fazermos o enfrentamento da dengue para o ano que vem, sobretudo, os meses de março, abril e maio. Vai ter um plano estratégico, um plano emergencial da Secretaria de Saúde, que vai envolver outro conjunto de Secretarias do Município. Mas para isso, vai ser fundamental nós fazermos com muita transparência, lidarmos com isso de forma desapaixonada pela gravidade que pode ter no país, não estamos aqui tratando da cidade de São Paulo apenas, mas do que pode acontecer no país. Essa é uma intervenção que vai caber ao conjunto do Governo, não só à Secretaria de Saúde, à Câmara Municipal, ao controle social e caminhar muito juntos para fazermos o enfrentamento. Então a minha sugestão é que possamos, em meados de outubro, fazermos uma discussão bastante aberta e aí apresentaremos à Secretaria um plano de ação para o enfrentamento da dengue.

Traríamos todo o pessoal de Covisa, todo o pessoal técnico, e faríamos uma apresentação mais detalhada desse conjunto, que vou pedir para passar mais rápido, e que eu acho que a gente transfere esse conjunto. Mas o controle que os nossos técnicos de Covisa

têm tido em relação a todo o seu trabalho é bastante significativo e científico, muito técnico.

Já passando para a questão da autarquia, vocês sabem que nós temos, sob a responsabilidade da autarquia, os nossos 11 hospitais e mais duas unidades de UPAs que são de responsabilidade da autarquia. Estamos fazendo um trabalho de reestruturação da autarquia municipal. Primeiro, nós decidimos que eu não acumularia a superintendência, trouxemos para cuidar da autarquia a Dra. Magali Proença, do Hospital do Mandaqui.

Ela é que está cuidando da autarquia e definimos um conjunto de prioridades e ações de ordenação e de planejamento que visa, em primeiro lugar, fazer uma redefinição dos perfis dos hospitais na cidade de São Paulo. Isso é fundamental para que ganhemos qualidade no atendimento nosso, dos nossos hospitais. E isso, evidentemente, precisamos fazer de uma forma muito integrada com o conjunto da rede, com o conjunto das Organizações Sociais. Com isso, seguramente, a gente ganha em escala e em qualidade de atendimento. A nossa prioridade, nessa redefinição, eu diria assim, de choque em um primeiro momento, a prioridade da Secretaria é enfrentarmos o desafio da porta de entrada dos hospitais. É no térreo, no pronto-socorro, onde temos o primeiro desafio nos nossos hospitais. Temos outros problemas, outras dificuldades, mas é aí que se concentram nos nossos hospitais o grande desafio.

E com essa redefinição de perfil vamos poder, seguramente, atender muito melhor as necessidades da atenção hospitalar em cada uma das áreas. Já visitamos todos eles. Essa redefinição de perfil de cada um deles será bastante importante para buscarmos, não só, como eu disse aqui, escala de atendimento, mas qualidade de serviço.

Estamos fazendo uma revisão de dimensionamento de recursos humanos dos hospitais, e teremos de fazer em função dessa redefinição de perfil. Aliás, também, aproveito para anunciar, que o Sr. Prefeito nos deu 45 dias, nós vamos apresentar um plano estratégico de valorização dos funcionários nossos da rede direta em 45 dias, ao Prefeito de São Paulo, que vai envolver capacitação, concurso, remoção, uma série de coisas. Vamos fazer um planejamento de RH de médio e longo prazo, e vamos entregar esse planejamento para

fortalecer nossa rede direta em 45 dias ao Prefeito. (Palmas)

Vamos estabelecer e desenvolver novos instrumentos de avaliação de desempenho dos hospitais. Isso é muito importante. Queremos ter, estabelecendo esses mecanismos de avaliação, no ano que vem, uma estrutura, que a gente possa qualificar quais foram os hospitais que tiveram o melhor desempenho, que melhor atenderam, e vão ter indicador. E aí consigo avaliar melhor se a diretoria foi bem, se a diretoria tem de ser mudada, se eu tenho de trocar as pessoas, porque enquanto eu não tiver isso, enquanto eu não tiver exatamente o instrumento de avaliação de funcionamento, a gente fica um pouco ao Deus dará. Com esses instrumentos, vamos poder, seguramente, tomar decisões, redefinir posturas, readequar pessoal, inclusive. Estamos fazendo também toda uma logística de aprimoramento na área de abastecimento de insumos das nossas unidades e também da Secretaria. A Secretaria tinha um conjunto grande de contratos de emergência. Estamos eliminando paulatinamente com uma rapidez cada vez maior esses contratos de emergência por licitações definitivas, que deixem a Secretaria exatamente numa condição, ou seja, de todos os seus órgãos poderem, a médio e longo prazo, se prepararem, terem planejamento, enfim. Não é possível a gente viver quase sempre à beira de um possível desabastecimento em um ou outro local para justificar um contrato de emergência. O que iremos fazer são licitações definitivas, e com isso, vou baixar preço e permitir que a rede como um todo se planeje melhor.

Vamos fazer um esforço muito grande em relação ao mobiliário das nossas unidades básicas. O nosso mobiliário é muito antigo, sobretudo para as pessoas que são os nossos usuários. Devemos fazer uma mudança bastante importante e vamos fazer um trabalho, um planejamento, um projeto novo de acolhimento em todas as nossas unidades. Vamos estruturar um programa de acolhimento ao cidadão, quando ele chega à Unidade Básica de Saúde para ter o melhor atendimento possível. Vamos fazer isso.

Adiantar também a nova licitação que vamos fazer, de fraudas, na Secretaria. Vamos incluir na licitação a logística de distribuição de fraudas nas casas das pessoas. Com

isso, vou eliminar um espaço enorme que é ocupado no UBS. (Palmas) Quem vai à UBS sabe como é isso, caixas e caixas. Então, vamos fazer a nova licitação, que já vai incluir a logística de distribuição das fraudas. Com isso eu ganho espaço e posso colocar mais RH dentro da unidade.

Rapidamente, essas são as unidades que estão sendo concluídas e que vamos fazer o processo de entregas. Para cumprirmos bem o Orçamento até o final do ano, separamos as unidades nossas, UPAs, UBSs, sobretudo as que estavam com obras acima de 75% realizadas. Então, essas unidades iremos entregar até dezembro. Terminamos essas obras e depois pegamos as UPAs, que estão com obras abaixo de 75% e que, portanto, seguramente, eu só iria entregar ano vem, essas a gente reduz um pouco seu ritmo para permitir que eu tenha recursos suficientes para terminar aquelas que estão acima de 75%. O recurso eu não tenho para fazer tudo. Não consigo fazer todas as obras ao mesmo tempo. E fizemos essa mudança junto à Secretaria de Obras do Município. Com isso vamos poder entregar essas unidades que ai estão até o final do ano.

Estamos agora terminando de fazer o acordo da UPA Teotônio. A Anchieta também, praticamente já resolvemos o Orçamento, 1 milhão e 200 para terminar a UPA Anchieta. Essa é a Nascer do Sol, que já está pronta. Acabou faltando algumas. Vamos entregar ainda a do Jardim Colombo até o final do ano. Aliás, a última UBS de madeira na Cidade, UBS Jardim Fontalis. Já alugamos o prédio novo. Farei uma visita sexta-feira, com o Zé Mauro que está aqui, que é o nosso coordenador, é a última UPA de madeira na cidade. Temos ainda a UBS São Carlos, que vamos entregar também. O sacolão também até o final do ano. Temos duas UPAs extremamente importantes para desafogar o Hospital de Pirituba e o Hospital Tide Setubal, que é a UPA Tito Lopes e a UPA Pirituba. Essas são fundamentais para gente desafogar a porta de entrada desses dois hospitais. Fizemos um acordo com a empresa, com a Secretaria, e vamos entregar até o final de dezembro. Vamos entregar a UBS Brasilândia. A UBS República, entregamos semana que vem. Quanto à UBS Cambuci estamos

terminando de fazer o acordo. São essas então. Aí talvez a gente alcance alguma coisa de recurso esse ano, Presidente. Nós vamos iniciar outro equipamento híbrido, que a Secretaria, ano que vem, vai exercitar muito essa estratégia, junto com SMADS. A exemplo do que nós temos no Boraceia e no Prates, nós vamos fazer um equipamento híbrido com SMADS na região do Parque Dom Pedro. É uma área extremamente importante da cidade, desassistida. Devemos buscar esse tipo de equipamento híbrido agora.

No geral, eram essas as questões que tínhamos para colocar.

A apresentação já está disponível para a Câmara, para o Conselho, para que vocês possam acompanhar, evidentemente, ao longo não apenas dessa audiência pública, mas ao longo do restante do ano, para que possamos alcançar alguns dos resultados que nós definimos como prioritários e estratégicos para cumprir da melhor maneira possível o Orçamento da cidade de São Paulo.

O orçamento da saúde para o ano que vem, sob o ponto de vista de recursos do Tesouro, será o maior orçamento do município. A Câmara vai receber o orçamento na sexta-feira. Então para a Fonte 00 do Tesouro, a Secretaria de Saúde, o que demonstra por parte do Prefeito Bruno Covas a sua clara determinação em termos de uma saúde pública de qualidade na cidade de São Paulo. Então, sob o ponto de vista de recursos do Tesouro, a Secretaria da Saúde, ano que vem, terá o maior orçamento da cidade de São Paulo. Depois, acabamos, no conjunto, ficando um pouco atrás da Secretaria de Educação, porque esta recebe quatro bilhões do Fundeb. E vocês puderam ver, pela execução, ao final do segundo quadrimestre, que, hoje, a saúde de São Paulo tem as duas pernas, basicamente, sustentadas pelos recursos do município, o que é importante que seja dito, para termos a dimensão da dificuldade que todos nós, no conjunto, acabamos enfrentando.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Secretário.

Quero anunciar a presença do Vereador Amauri, membro desta Comissão;

também do Vereador Gilberto Natalini.

É uma satisfação receber essa prestação de contas relativa ao segundo quadrimestre de 2018, da forma como sempre desejamos e almejamos: mais fluida, mais inteligível, mais clara para quem está nos ouvindo. E tenho repetidamente dito aqui, Secretário, que a saúde, na cidade de São Paulo, é um tema extremamente complexo, que não resolvemos num dia, como gostaríamos de fazer. Mas que o senhor tem se empenhado em uma parceria conosco.

Temos deixado claro que mudamos o funcionamento da Comissão de Saúde: temos, agora, reuniões semanais. Não tivemos essa semana em virtude do próprio Conselho, que pediu para reformular e nós nos encontramos somente em outubro, na próxima vez, mas procurar ter uma relação mais próxima. Isso porque, ao contrário do que as pessoas costumam pensar na Câmara, em vez de a CCJ, que é considerada a comissão mais importante da Câmara de Vereadores, eu julgo que a Comissão de Saúde é a mais importante, em virtude do que está em jogo, quando se trata da saúde da população, do atendimento à população.

Tenho visto o empenho do senhor, Secretário, nesse novo momento da Secretaria, e isso me traz muita alegria, não só pelo senhor, mas por toda a equipe que o senhor trouxe. E vamos, conjuntamente, trabalhar e investir esforços para que tenhamos uma saúde cada vez melhor para a população de São Paulo, sobretudo àqueles que mais precisam, e que são o objeto do nosso atendimento.

Teria algumas perguntas a fazer. Queria também dizer que já estão encerradas as inscrições. São 22 inscrições, cada qual terá o tempo regimental de três minutos. Eu vou fazer algumas perguntas, só para que vocês tenham, mas podem me mandar por escrito, para não tomar o tempo da população. Eu queria que relacionássemos, para que a comissão também tenha conhecimento das 58 unidades que estão sendo reformadas, e o prazo de concretização dessas obras, para que possamos relacionar e publicizar essa informação nos nossos *sites*.

Franqueio a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde, população paulistana; boa tarde, senhoras e senhores Vereadores; boa tarde, Sr. Secretário, ex-deputado Edson Aparecido, e toda a sua equipe; e um boa tarde especial aos conselheiros municipais de saúde, os quais, lamentavelmente, não estão representando à mesa, porque o controle social nessa área, como em todas as áreas da municipalidade, é fundamental. Então é importante sempre a representatividade dos conselheiros eleitos pela população.

No que tange ao orçamento apresentado, é de se lamentar, por exemplo, a não priorização das pessoas com deficiência. Eu leio a dotação 1504 – construção de *Centros Especializados de Reabilitação – CER* –, aprovada para este ano, em 14 milhões e 500 mil reais, e nada executado e nem liquidado nos sete primeiros meses deste 2018. É muito sério também ver que, na apresentação que o Sr. Secretário mostrou, não tem nada previsto para a ampliação do CER. Nada. Não vi inauguração, não vi planejamento para os próximos anos. Então será que a população cadeirante merece essa não priorização da Prefeitura de São Paulo nesse particular?

Tb é importante demonstrar que o segmento dos idosos é muito insignificante: apenas uma URSI ser planejada, ou ser inaugurada, no A. E. Carvalho. Era para ter muitas URSIs, e infelizmente tem dotação para isso. A dotação das URSIs não está sendo executada. É muito triste saber, levantar, nessa prestação de contas, esse dado bastante contrário ao segmento dos idosos da cidade de São Paulo. Aliás, a dotação está aqui: 1 milhão, 501 mil reais – dotação 1510, URSI. Nada liquidado, nada executado. Será que o Secretário vai executar até dezembro algum centavo das URSIs e da CER?

Queria também criticar a falta de prioridade do Hospital Brasilândia. O Hospital Brasilândia é na região onde o Secretário atua: Freguesia-Brasilândia. E eu vi uma linha só para um hospital. É muito pouco. Eu acho que a população de Brasilândia deveria, realmente, cobrar mais a gestão, bem como do Prefeito anterior, João Doria, que prometeu e não entregou hospital nenhum em Brasilândia.

Para encerrar, quero lamentar o sumiço das cinco UPAs da região central. E também me indignar com o fato de não constar do planejamento a UBS Jardim Julieta, na Vila Medeiros.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Fábio. O seu tempo está encerrado.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – E o último tópico: o caos da situação da saúde no bairro da Lapa, para o qual não tem nada previsto. E já não chega o Hospital Sorocabano, o escândalo que aconteceu. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Quando você fala mais, você tira o tempo de outra pessoa, e isso é antidemocrático. Mande por escrito. Respeite o seu colega. O próximo é o Sr. Walney Araújo.

O SR. WALNEY ARAÚJO – Muito boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento os Vereadores na pessoa da Vereadora Patrícia, e o Secretário Municipal de Saúde.

Eu me chamo Walney Araújo, sou servidor público de carreira, profissional de enfermagem, dirigente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo – Sindsep –, sou membro da Plenária Municipal de Saúde.

Dentre as coisas que foram ditas pelo Secretário Municipal de Saúde, me chamou bastante a atenção a questão do Plano de Valorização dos Profissionais da Saúde. Muito embora eu considere um pouco tardio, uma vez que a nossa data-base foi dia 1º de maio, e tivemos 0,01%.

A saúde pública de São Paulo anda muito bem, está uma maravilha. Ela está tão boa que até mesmo os Vereadores desta Casa, na sua grande maioria, trataram de aprovar uma lei que garantisse até 1.079 reais por mês para serem gastos com plano de saúde. Foi-se o tempo em que o representante do povo comungava com o povo as mesmas necessidades. Isso ainda acontece em algumas regiões do interior de São Paulo. Mas, aqui em São Paulo,

capital, é diferente. Na maior cidade da América Latina, falta serviço público de saúde para ser oferecido à população. É um tamanho descaso o que anda acontecendo com a saúde pública de São Paulo.

Tomemos como exemplo o dia 23 passado. Há dois dias atrás, o Hospital Arthur Ribeiro de Saboya, Jabaquara: 80 pacientes para quatro funcionários. Isso é um absurdo. Humanamente falando, é impossível que quatro pessoas possam prestar serviço de saúde a uma população que está doente. Isso não é um caso pontual que acontece no Hospital do Jabaquara, já que em outros equipamentos de saúde da cidade anda acontecendo a mesma coisa.

Mais recentemente, a TVT gravou uma reportagem no Hospital do Tatuapé, referência para queimados, para traumas. O paciente iria aguardar até 30 dias por uma cirurgia ortopédica. E, muitas vezes, essa prótese não chegava; e, quando chegava, já estava contaminada.

Sr. Secretário, gostaria que a Comissão de Saúde, na pessoa da Vereadora Patrícia, averiguasse por que, uma vez que há licitação. Por que essas próteses chegavam contaminadas?

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – O próximo inscrito é o Sr. Alex Albuquerque.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Primeiramente, boa tarde a todos e a todas da plenária. Quero cumprimentar a Vereadora Patrícia Bezerra e os demais Vereadores presentes à mesa; o Secretário, a Secretaria e seus funcionários, por essa plenária de prestação de contas.

Eu começaria, primeiro, agradecendo ao Prefeito Bruno Covas pela sensibilidade que teve com esta plenária e com todo o povo que estava discutindo essa tal de RAS – que, na verdade, não era uma reestruturação da atenção à saúde, mas uma retaliação, porque o que o

povo sofreu com as AMAs fechadas e outros equipamentos fechados não foi fácil. E, aí, sim. Quando eu desci a esta tribuna, na última audiência, eu havia solicitado: “Prefeito Bruno Covas, por gentileza, troque essa política de saúde que existe nesta cidade de São Paulo. E para trocar essa política de saúde, será necessário trocar o Secretário de Saúde”. E, depois de um mês, trocou-se o Secretário, foram trocados, também, os seus adjuntos. E logo na sua primeira iniciativa, em uma das primeiras ações do Secretário Edson Aparecido, aqui presente, foi congelar, paralisar, suspender a retaliação de atenção de saúde básica na cidade de São Paulo. Isso foi um ganho muito grande para a população. Inclusive, estamos até reestruturando e reabrindo as unidades fechadas. Parabéns.

Quero também fazer um outro agradecimento pela UBS de madeira. Foi uma luta muito grande quando eu estava no Jaçanã. Desde 2015-16, vínhamos discutindo sobre aquela UBS. E hoje estou recebendo uma notícia tão importante para aquela população que era assistida parcialmente. Não é, Dr. Mauro? A nossa luta chegou praticamente próximo do fim.

Na nossa região, na Zona Sul, para a UBS Santa Lúcia, nós necessitamos ter uma reunião. Viu, Secretário, eu pediria que a sua assessoria pudesse ver essa possibilidade. Uma reunião com o senhor, com a Coordenadoria e com a Supervisão de Saúde da região, para tratarmos de uma situação em relação à UBS Santa Lúcia, que está necessitando de uma ampliação urgente, porque lá tem algumas ocupações que serão regularizadas, e nós não teremos espaço para atendê-los. Então pediria, por gentileza, depois, ao final, que o senhor pudesse dar esse indicativo da marcação dessa reunião com o Conselho da UBS.

Quero concluir com a questão das fraldas: parabéns. O munícipe, para levar as fraldas, aquele volume para casa, era algo totalmente desconfortável. Eu ficava pedindo para algumas pessoas ajudarem ou alugarem carros para levar.

Eu teria mais a falar, mas agradeço por me conceder esses 20 segundos a mais. Muito obrigado. Obrigado à plenária e obrigado ao Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Sra. Sueli, tome assento,

representando o Conselho. Faço questão. Enquanto o Leandro não chega, você fica aqui, por favor, e terá o uso da sua palavra no seu tempo também, sem nenhum problema. Célia Marcondes.

A SRA. CÉLIA MARCONDES - Boa tarde a todos.

Eu sou Célia Marcondes, advogada e fundadora da Ecóleo, entidade que já tem uma parceria com os PAVS, que coletam resíduos de óleo comestível e vários deles.

Queremos propor ao Sr. Secretário que convide o grupo para que em todos os PAVS possa haver a coleta do óleo comestível. Já começamos a fazer isso na Secretaria de Meio Ambiente, quando Natalini era Secretário, e, infelizmente, não teve seguimento. Mas nós precisamos fazer isso como política de município. Isso gera trabalho, gera renda e limpa as águas da cidade de São Paulo.

Uma segunda proposta é quanto aos mosquitos de dengue, chicungunha e febre amarela.

Isso não pode ser política só para o Município de São Paulo, tem que ser para a Grande São Paulo. Na verdade, teria que ser para o estado. Isso é gravíssimo. Nós devemos receber um número enorme de problemas no segmento, e acho que precisamos envolver a sociedade civil organizada. Então peço para que, na próxima reunião que os senhores vão ter, convide a sociedade civil organizada, porque é ela que chega nas regiões, nos bairros, levando essas informações. Pode chegar um grave problema com essa mudança climática e com a sujeira que anda a cidade, e cuja situação é pior ainda nos bairros mais simples.

Colocamo-nos à disposição para ser parceiros nessa empreitada. Cuidar da saúde é também cuidar do meio ambiente, e vice-versa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Célia, principalmente por ser objetiva e cumprir o tempo regimental. Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Cumprimento todos os presentes –

Vereadora, Secretário.

Primeiro uma crítica: não adianta o Secretário vir reclamar de verba, sendo que sabemos quais foram os partidos que votaram para congelar os investimentos durante 20 anos. (Palmas) Falta de verba na saúde é porque alguém lá em Brasília cortou 20% dos investimentos.

Chamando a atenção para o Consabeja Jabaquara, 100% Jabaquara, então, a gente vai fazer essa pauta. Primeiro, cobrar do Secretário que visite as unidades, e o Saboya, por exemplo, no dia da reunião do Conselho de Saúde, porque, Secretário, as atas que estão passando ao senhor são falsas e mentirosas. Inclusive, estamos sugerindo que o pessoal grave as reuniões do Conselho de Saúde.

O Secretário esteve visitando o Saboya. E como ele avisou, o pessoal pintou o Saboya, pegou os pacientes, levou para os andares de cima, escondeu e os corredores ficaram limpos. Só que o próprio Diretor Eustáquio, do Saboya, confessou numa reunião de Conselho – eu tenho gravado – que tinha uma ociosidade de 15% dos leitos no Saboya por falta de médicos e enfermeiros nos andares. Então o pessoal deixa no corredor, porque se o paciente tiver uma convulsão, algum problema, o familiar está lá, já comunicam e todo mundo vê. Mas a denúncia de quatro enfermeiros para 80 pacientes é grave. Mas o Secretário tem que ter essa informação correta.

Ainda em relação ao Saboya, nós temos a denúncia de que faltam enfermeiros, médicos, funcionários, gaze e fralda, cadeira de rodas e macas. E o Secretário disse que vai fazer uma licitação disso tudo. Então estamos lembrando que essa falta de equipamento é, agora, uma realidade.

Foi bom ouvir sobre a questão da UPA Jabaquara, porque nós que denunciamos. A UPA Jabaquara recebe verba federal. Está lá há quatro, cinco, seis anos. E o que acontece: o pessoal em vez de cumprir, construir e fazer funcionar, fica falando para a população que vai transformar aquilo lá em equipamento psiquiátrico, contrariando o contrato.

No caso da UBS Geraldo, o Prefeito foi visitar na campanha da vacinação, e qual o problema? Pintaram a frente, pintaram a sinalização, tudo bem, mas o Prefeito não entrou na UBS Geraldo, perto dos Bombeiros, que tem trincas, rachaduras, infiltração na sala dos dentistas. Tudo isso tem que ver, não adianta ficar somente nos relatórios. Lembrando que a nossa entidade fez uma representação ao Ministério Público para que promovesse um inquérito civil no Saboya para averiguar essas denúncias.

Para finalizar, convidamos todos para, no dia 6 de outubro, participar de uma passeata, do Jabaquara até o CEU Caminho do Mar, em defesa do SUS.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Comunico a presença da Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra a Sra. Suely Levy, do Conselho Municipal de Saúde, que vai, primeiramente, fazer uma saudação, e, depois, vai entrar na fala.

A senhora, por estar representando o conselho, terá cinco minutos.

A SRA. SUELY LEVY – Muito obrigada, Vereadora Patrícia Bezerra.

Eu pedi para fazer uma fala porque o nosso coordenador do Conselho Municipal teve um imprevisto, está atrasado. E como foi comentado aqui que há a necessidade de o Conselho Municipal estar presente à mesa, algo com que eu concordo, eu pedi para fazer uma fala antes da minha pergunta, em nome do Conselho Municipal, já que estou como primeira inscrita do Conselho Municipal.

Quero saudar todos – Mesa, Vereadores, Vereadoras, Secretário Municipal –, em nome do Conselho Municipal. É necessária a participação de toda a população, cada vez mais, em todas as áreas: da prestação de contas, da saúde, em todo os momentos, na cidade.

A minha pergunta vai ser genérica, como foi genérica a apresentação do Secretário, que até teve pouco tempo para se preparar para a apresentação, uma vez que os dados, me parece, foram fechados ontem à tarde, pelo que apresentou – dados de vacinação,

dados de Covisa. E a prestação de contas feita no Conselho Municipal foi ontem pela manhã.

Veja bem, eu entendo que o orçamento é um contínuo, e a prestação de contas quadrimestral é um corte, e ele precisa ser preciso, não pode continuar sendo fechado a cada minuto. Então temos uma apresentação que não foi feita no Conselho Municipal, e a apresentação tem que ser feita antes ao Conselho Municipal. E o Conselho Municipal vem reclamando continuamente: muda Secretário, muda Secretário, e nós reclamamos, que a legislação nos garante que os dados nos sejam fornecidos uma semana antes, para que possamos estudar e contribuir como população representante, e não os recebemos nunca. Então isso precisa ser mudado. Precisamos ter esse quesito bastante importante atendido.

Na prestação de contas do quadrimestre passado, o Conselho Municipal foi bastante enfático ao apontar que a apresentação, além de fora de prazo, estava fora do formato previsto na legislação. Isso é muito importante, porque todas as prestações de contas de todos os municípios do Brasil têm um formato único, e estamos fora do formato. Temos um formato político, quando, na verdade, temos de ter um formato técnico, para que possamos ter um quadro comparativo, uma série histórica, para poder fazer a nossa apreciação.

Por último, gostaria de colocar que um dos quesitos – e foram vários – que solicitamos que fosse detalhado, e não foi, foi a apresentação da prestação de contas das organizações sociais. Mais uma vez, temos uma apresentação genérica do maior orçamento, que é retirado do orçamento da saúde, e não temos um detalhamento disso.

Recentemente, tivemos uma CPI das Organizações Sociais, tocada pela Assembleia Legislativa, que apontou irregularidades absurdas que acontecem com o orçamento reservado às Organizações Sociais. Então, finalizando, eu gostaria de sugerir aos Vereadores que seja convocada uma CPI para se apurar se o mesmo tipo de coisa apontada no Estado acontece na cidade de São Paulo. Que seja convocada uma CPI para apurar o trabalho das Organizações Sociais no Município de São Paulo. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Sueli. Eu gostaria também,

Sueli, que você levasse ao Leandro, que deveria estar aqui como representante, como é significativa a ausência dele neste momento; para que, de alguma forma, houvesse um planejamento para que ele estivesse presente. Sueli, peço que permaneça aqui.

Agora, como o Secretário tem de sair às 14 horas, abrirei a palavra a ele para que responda essas 5 perguntas; depois, abrirei novamente a fala para os demais inscitos. Por favor, fique à vontade, Secretário.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Vou procurar responder algumas das questões aqui levantadas. Antes, agradeço a presença dos Vereadores Amauri Silva, Natalini e Juliana Cardoso.

O Fábio fez uma fala mais em relação à previsão orçamentária. O Fábio sabe que unidades da URSI, de tratamento de idosos, e do CER são equipamentos mantidos com recursos federais. O que existe de recurso municipal são as contrapartidas. Então, essas estão, todas elas, sendo regiamente aplicadas. Portanto, se há uma deficiência, não é do Município. No que diz respeito àquilo que deveria ser o desembolso do Tesouro Municipal e da Secretaria, nós estamos fazendo, haja vista que temos um planejamento para abertura de 3 novos equipamentos de URSIs em 2019.

Isso pode, como você disse, talvez ser pouco em relação à dimensão de uma cidade como a nossa. Talvez você tenha razão. Aí, é necessário juntarem-se os esforços para tentar ver se conseguimos – e já estamos fazendo nesse momento – ampliar, inclusive, a dotação orçamentária federal, não essa matéria. Mas, por exemplo, em relação às equipes, que eu citei aqui que estamos qualificando, devemos receber do Ministério da Saúde 830 mil reais, que não recebíamos há anos, pois Secretários anteriores não apresentaram essa conta ao Ministério. Fizemos agora e estamos muito esperançosos de receber esse recurso, que, num primeiro momento, é de aproximadamente 4 milhões, o que é algo bastante importante.

Em relação ao Sorocabano, tivemos uma reunião na Secretaria com o Conselho Gestor; tivemos uma reunião com a Comissão de Saúde. Fomos com a Comissão de Saúde, e

a Comissão de Saúde marcou uma visita ao equipamento. Nós, num primeiro momento, quando houve a decisão judicial, dissemos que não haveria nenhuma interrupção dos três equipamentos que a Prefeitura lá mantém: o Hora Certa, o AMA e o CER, como não houve interrupção. Iniciamos uma negociação com a Casa Civil do Governo do Estado. Já tivemos três reuniões com a Procuradoria-Geral do Estado e a Procuradoria-Geral do Município, e estamos encaminhando uma sugestão – que até foi feita pelo Vereador Natalini -, de que pudéssemos fazer uma compensação entre Estado e Município. Estamos muito próximos de fazer um acordo com o Estado para que aquele equipamento venha definitivamente para a Prefeitura de São Paulo. Então, nós estruturaremos o equipamento como deve ser estruturado. Enquanto ele não for da Secretaria Municipal de Saúde, nada podemos fazer, mas acho que avançou muito esse processo depois daquela visita da Comissão de Saúde.

Brasilândia. A obra está em curso, entregaremos o hospital em 2019, não haverá problema. É bem verdade, eu tenho dito isso, que o Hospital de Brasilândia está sendo colocado em uma região onde já há 9 hospitais públicos. Capela do Socorro e Grajaú, Gilberto, não têm um leito hospitalar público numa região de quase 2 milhões de habitantes. Alguém planejou errado em fazer um hospital onde já há 9 equipamentos hospitalares. Mas a obra está em curso, entregaremos no ano que vem, o hospital começa a funcionar em 2019.

A questão do Julieta, que você falou, o José Mauro até me disse que lá há um equipamento. O que se está discutindo é melhorar a sua condição e eventualmente colocar os dois CAPS que há lá em outro local; só isso. Nós anotamos aqui e depois vamos poder acompanhar melhor.

A questão de prótese, depois o Eduardo dará uma conversada. Temos um problema grave. Estamos em cima do nosso fornecedor de próteses para que ele efetivamente cumpra o que está no contrato para que não haja, primeiro, interrupção de fornecimento das próteses e, segundo, que tenha qualidade. Estamos muito em cima disso, aplicando penalidades inclusive sobre esse fornecedor, sobre o qual falou o Walney.

Questão do Jabaquara. Fui visitar a região. Ninguém limpou paciente nenhum de lá. Entrei pelo pronto-socorro – aliás, sem o Eustáquio, a quem encontrei depois; e percorri sala por sala, andar por andar. Não houve isso de limpar o hospital, tirar funcionário, nada disso. Entrei sozinho pela porta da frente e encontrei o diretor depois, que é o que tenho feito inclusive em uma série de unidades, seja de hospital, seja de UBS. Tenho feito isso o tempo todo. Depois, conseguimos fazer um acordo.

Aliás, esse é outro programa, Presidente: nós vamos estruturar uma ação permanente de manutenção predial dos nossos equipamentos, que não existe. Estamos estruturando isso dentro da Secretaria; aliás, fizemos mais uma reunião hoje. Precisamos ter uma equipe permanente de manutenção predial nossa para que aquela goteira que surge não vire depois um desabamento de telhado. Se tivermos uma manutenção permanente dos equipamentos, não teremos esse tipo de problema. Estamos fazendo isso também com os hospitais, tanto é que o Jabaquara foi o primeiro. Entramos ali numa ação conjunta de fornecedores para começarmos a mudar um pouco esse quadro. Podemos depois reunir o Conselho Gestor, marcando uma reunião; e está aqui o Mauro.

A UPA que há em frente faz parte de um conjunto de seis UPAs cuja licitação deu problema, todos sabem disso. A empresa que ganhou a licitação há 4 ou 5 anos faliu, e estamos agora relicitando esse conjunto de UPAs que estavam naquele bloco dessa licitação. Vamos tentar corrigir isso retomando a obra, mas não haverá alteração para que seja outro equipamento, de jeito nenhum. Ela já está com toda a estrutura pronta, o esqueleto dela está levantado, será uma UPA, até porque ela terá papel importante de desafogar a porta de entrada do hospital. Então, essa história de que vai mudar o perfil do equipamento, de jeito nenhum. Ali é uma UPA e continuará UPA. Estamos agora retomando o processo, vamos relincar.

A nossa apresentação tem um conteúdo de detalhamentos. Nós disponibilizamos isso na internet, demos aos Vereadores, entregamos ontem ao Conselho, que terá um tempo

enorme para analisar cada um dos casos. Aliás, Presidente, eu fui a todas as reuniões do Conselho; todas. Estou indo a todas as reuniões do Conselho. Fico lá sentado, ouço tudo. Naquilo que eu posso responder, eu respondo. Naquilo que eu não posso, eu peço depois para alguém responder para dar satisfação. Vou a todas as reuniões, não tenho deixado de ir a nenhuma delas.

Aliás, o Conselho me pediu e em 24 horas fizemos a publicação da nossa conferência. Publicamos o Plano Municipal de Saúde sem ter nenhum tipo de pressão e discussão. Sentamos à mesa, isso é importante, fizemos o entendimento. Então não tem porta fechada na Secretaria, muito pelo contrário.

Disponibilizamos agora o conteúdo desta prestação de contas, que ainda é parcial. Trata-se de uma prestação de contas de conteúdo orçamentário, da produção de saúde que está aí nas telas e contém também o relatório da auditoria da Secretaria. Fiz uma coisa mais singela aqui, mas ela está totalmente detalhada, com os Vereadores já está na mão de Conselho. Portanto, não tem nada dessa coisa de que está escondendo, não está apresentando, não tem transparência. A nossa prática não tem sido essa nesses dois, três meses que eu estou lá. Ao contrário, é exatamente que a gente possa dar ao controle social as melhores condições possíveis para que eles possam acompanhar esse trabalho.

Aliás, eu tenho dito isso publicamente, a qualidade dos nossos conselhos gestores lá da ponta é excepcional. O pessoal do conselho gestor que está na Unidade Básica sabe a realidade, sabe número, tem conteúdo e com uma postura de ajudar e colaborar o tempo inteiro, por isso, tem sido diretriz da Secretaria.

Vamos agora fazer um encontro com todos os conselhos gestores da Leste, fizemos com Sapopemba e com a Vila Prudente, vamos fazer a Norte, também. E a orientação para todas as áreas da Secretaria é isso, o tempo inteiro atuar ao lado do controle social. A gente só vai ganhar com isso, não perder, porque inclusive vamos solucionar os problemas de forma mais rápida.

Acho que era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Muito obrigada, Secretário, quero agradecer a sua presença e a forma com a qual o senhor respondeu.

Tenho falado aqui reiteradas vezes que todos nós queremos a mesma coisa, temos o mesmo objetivo, ou seja, que o cidadão paulistano, sobretudo o que mais precisa, o periférico, tenha uma saúde de qualidade e que lá na ponta seja atendido com a dignidade que merece. Todos nós aqui buscamos esse mesmo objetivo, então não há razão para beligerância, nem para contender ou para uma discussão mais efusiva no sentido de não convergirem os ideais que estamos buscando.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS - Presidente, eu fico mais um pouco.

Só para justificar, Vereadora Juliana, tenho uma colonoscopia amanhã e preciso começar a fazer o tratamento. Gilberto, você sabe bem o que é isso. Hoje às 14h tenho de começar a tomar o remédio. Até coincidiu, eu já desmarquei duas vezes. Mas eu fico um pouco mais, retardo um pouco mais.

O SR. NATALINI – Não sou eu que vou fazer a sua colonoscopia.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS - Não é o Gilberto que vai fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Tem a palavra pela ordem a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu queria fazer duas perguntas, enquanto o Secretário está aqui. A primeira é que a Secretaria de Saúde encaminhou para esta Casa um projeto de lei sobre a questão da gratificação dos municipalizados. Esse projeto de lei teve um erro a respeito dos dentistas, porque o valor colocado foi abaixo do que eles recebiam.

Eu queria saber como que a Secretaria está se reposicionando para retomar essa discussão aqui na Casa para que a gente não vá para um projeto de lei novamente, no sentido de passar por toda tramitação e não conseguir colocar ainda neste ano. A sugestão que tínhamos é para incluir num projeto de lei que já está para ser votado em segunda, para que se

organize novamente a questão dos dentistas.

A outra pergunta, não sei se o senhor sabe, há uma luta histórica das obstetrites. Foi inserido no plano de carreira o cargo de obstetritz na Cidade. Logo em seguida se pensou num concurso, que foi feito, mas elas ainda não foram chamadas para a rede. O Estado já tem obstetrites, mas o Município não.

Depois de uma luta muito grande, mas vitoriosa, conseguimos as casas de parto. Também dentro dos hospitais municipais se pensar sobre os partos humanizados, tanto que no Cachoeirinha, por exemplo, já existe esse programa. Eu tive o Luiz no Cachoeirinha por conta dessa atuação do parto humanizado, porque naquele período ainda não tinha efetivamente as casas de parto, a não ser a de Sapopemba, mas não puderam me atender porque já tive uma cesárea.

A partir disso, eu queria saber se há previsão, ainda neste ano, se é possível conseguir chamar essas profissionais. São 20 pessoas que passaram no concurso, mas é muito pouco para o que a rede precisa, mas iniciando com essas 20 se consegue avançar na pauta do parto humanizado.

Só para esclarecer, sobre o Conselho, mesmo não tendo representante que é o Leandro, dentro do Conselho cada um pode ser representado, não tem problema se for um ou outro. Todos estão aptos a falar.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS - Rapidamente. A Vereadora Juliana tem toda razão.

Quando eu entrei na Secretaria, uma das primeiras coisas que me levaram foi a questão dos municipalizados. Nós falamos com a Comissão, pois vários Vereadores tinham levantado o problema, aí conseguimos aprovar com esse erro que, realmente, existiu. Então nós fomos ver como tinha de fazer, não dava para vetar um artigo, tinha de vetar a lei toda. Enfim, conseguimos ajustar com a ATL na Prefeitura. No dia 21, nós já mandamos para a ATL,

na Casa Civil, o projeto que deve ser mandado agora rapidamente para cá para ser corrigida a gratificação dos dentistas, que realmente ficou errada.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Mas essa possibilidade de entrar em um projeto aqui da Casa, me parece que já tem um que está em segunda, para incluir esse item...?

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS - O Secretário Eduardo Tuma me disse que ele procederá dessa maneira, que incluiria num projeto que vocês já estão em análise e a gente ganharia tempo para poder aprovar. Foi isso que o Secretário Tuma me colocou. A gente ganharia tempo, realmente, é possível solucionar isso rapidamente.

Sobre as obstetrites, também é verdade. Não temos autorização ainda da Secretaria de Gestão. Isso já foi levantado também. Nós vamos tentar ver, com certeza vamos operacionalizar isso com o orçamento de 19. Mas vamos tentar antecipar devido à importância que essas técnicas têm na questão dos partos.

Hoje, não temos a autorização da Secretaria de Gestão, vamos trabalhar, aliás, já estamos trabalhando essa autorização, para ver se a gente consegue começar o processo de chamamento, de nomeação, desses técnicos.

Com certeza, eu me comprometo com vocês, no orçamento de 19 nós vamos fazer se a gente não conseguir esse procedimento na gestão. Não há menor sombra de dúvida. Vamos tentar antecipar a convocação de alguns desses técnicos agora em 18.

A Vereadora Patrícia é autora da legislação dessas casas de parto. Inclusive visitei uma em Sapopemba.

Nós começamos a obra de uma emenda da Vereadora Sâmia Bomfim, no Degni, o Hospital do Butantã. São 300 mil reais para parto humanizado que não há naquele hospital. Estamos encarando essa área como uma questão bastante importante.

Quanto às obstetrites vamos tentar antecipar, fazer essa gestão na Secretaria de Gestão.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Tem a palavra pela ordem a Vereador

Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI – Presidente, eu queria dizer que houve uma mudança bastante perceptível na atitude da Secretaria Municipal de Saúde com a troca de secretários.

Por exemplo, o caso do Hospital Sorocabana, que a gente tem tantos anos de luta, andou mais do que nos últimos quatro anos no período de agora. Sei disso porque estou acompanhando. Voltei a ter a esperança de nós termos o hospital reaberto com 100% SUS, se houver uma luz na Secretaria de Estado, porque ela precisa ajudar. Não pode ser só o Município, não tem como. Brasília também. Essa é uma questão.

Também tenho ouvido falar e visto o Secretário andar na ponta, nas unidades. É impossível qualquer secretário dirigir a rede de saúde de São Paulo se ele não for na ponta ver com os próprios olhos. Ouvir e ver. É impossível. Por melhor que seja a assessoria, por melhor que seja a informação que receba, precisa ver. Isso também aconteceu.

Observo uma relação melhor do Secretário Edson Aparecido com o controle social. Acho que deu uma bela abertura. A visão que ele tem do controle social não é do estorvo, como secretários anteriores podiam ter. É a visão de que o controle social, se for bem conversado, bem discutido e ouvido, ajuda muito a gestão a melhorar as coisas. Isso é a própria essência da razão de que todos nós, lá atrás, ajudamos a criar o controle social no SUS, exatamente para isso. Não foi só para bater. Tem de bater na hora de bater; cobrar - como é feito aqui - na hora de cobrar e, ao mesmo tempo, cobrar para melhorar.

A própria relação da Secretaria com a Câmara, se me permitem, melhorou muito. Eu já perdi as contas de quantas vezes nós, individualmente, ou a Comissão foi ter com o Secretário Edson Aparecido. Isso também significa que houve uma abertura para os anseios da representação parlamentar, que são os Vereadores e a Comissão.

Eu espero, sinceramente, Secretário, porque eu tenho uma visão suprapartidária do Sistema Único de Saúde. O SUS não vai para nenhum lugar se partidarizar. Não vai, vai para o buraco. Se partidarizar acaba. Pode escrever. A experiência de vida que eu tenho de mais de

40 anos. Nós fazemos parte do partido do jaleco branco, do partido da saúde. É esse o nosso partido. Se o senhor for nesta linha, respeitando todas as colorações político partidárias, todas as questões ideológicas, obviamente pesando tudo, vai ter muito mais aliado na sua gestão, na saúde de São Paulo, do que adversário.

Acho que o senhor começou bem, continue nesta. Se o senhor mudar o rumo para pior eu mesmo virei aqui para falar. Mas por enquanto a minha palavra e percepção é essa, acho que dos meus colegas Vereadores também.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Vereador Gilberto Natalini pela sua participação e ponderação.

Quero dizer para a Vereadora Juliana Cardoso que tanto respeito os outros membros do Conselho que eu já tinha garantido o assento da Sra. Suely Levy na Mesa conosco, pela representatividade.

Eu gostaria de chamar o próximo inscrito o Sr. Seiti Takahama.

O SR. SEITI TAKAHAMA - Boa tarde a todos e a todas, à Mesa, ao Secretário, nobres Vereadores.

Meu nome é Seiti, faço parte também, estou como conselheiro municipal de saúde. Continuando a fala da própria Suely Levy, nós queremos argumentar que na prestação de contas ontem, apresentada ao Conselho, ele feria o artigo 36, da Lei 141, onde não estava anexo o Anexo III, onde tem todo o detalhamento da produção dos serviços, que foi apresentado aqui para nós. Há uma versão diferente, e nós não conseguimos fazer um aprofundamento, um estudo melhor sobre a questão do próprio orçamento para que pudéssemos detalhar hoje e trabalhar melhor isso.

A lei diz o seguinte: “§ 2º Os entes da Federação deverão encaminhar a programação anual do Plano de Saúde ao respectivo Conselho de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício

correspondente, à qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público”.

A LOA já está vindo para cá, mas ainda não apreciamos e também não tivemos a aprovação do PAS. Então, seria interessante que ficasse claro a importância e a necessidade de termos no Orçamento a clara aprovação do PAS, tanto do ano passado, 2017, como a de 2018, para que possamos fazer o encaminhamento da LOA.

Também precisamos deixar muito claro e ficarmos atentos para o quanto se torna ruim para nós do Conselho quando não há detalhamento. Daí a importância de nos aprofundamentos e termos esse detalhamento.

Quando o Secretário apresenta cem novos médicos significa que já estava definido no RAS para 2018, mas o que queríamos entender é se era substituição ou se são novas contratações, porque não fica claro. Sabemos que a falta de médicos é muito grande e temos acompanhado que esses cem novos é uma previsão do RAS para novas contratações. No entanto, percebemos que não são novas contratações e sim substituição.

Para encerrar, sobre a UBS Anchieta, entendíamos que ela era uma contrapartida de uma construtora e que não haveria recurso nenhum, mas o senhor diz que foi orçado e dispendeu 1,2 milhão de reais. Por isso, gostaríamos de entender melhor se é contrapartida ou não, se o custo de investimento é da Secretaria Municipal de Saúde.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Tem a palavra o Sr. Paulo Belinelo.

O SR. PAULO BELINELO – Boa tarde a todos e todas e, na pessoa da Vereadora Patrícia, cumprimento a Mesa. O Seiti já me contemplou bastante, mas vou acrescentar algumas coisas na área técnica.

A análise da aplicação em ações de saúde, na página 11 do relatório, demonstra que, em 2017, arrecadamos 24 milhões, 799 mil, 506 reais e, no segundo semestre de 2018, 27 milhões, 163 mil, 506 reais; uma receita bem maior do que a de 2017 no mesmo

quadrimestre. Em relação às despesas, observamos que, em 2017, mesmo arrecadando menos, foi aplicado bem mais: empenhadas 22,01% e, liquidadas, 19,77%; no segundo semestre de 2018, empenhadas 20,73% e, liquidadas, 18,14%. Portanto, um investimento bem abaixo em relação ao ano de 2017.

Outro aspecto que também levo em consideração está na página 21 do relatório, um espelho sobre os principais grupos de despesas, mas só consta essa relação referente a 2018; não há um parâmetro que se pode comparar com os anos anteriores, como já vinha acontecendo nos demonstrativos passados. Peça, portanto, à Secretária que corrija isso nos próximos relatórios para que tenhamos um parâmetro de comparação.

Também não poderia deixar de falar sobre o que o Alex abordou, o fato de o antigo Prefeito, o Doria, e o atual, o Covas, terem parado a reestruturação. Gostaria somente de lembrar que foi uma ação do controle social através da Vereadora Juliana Cardoso que solicitou ao MP a paralisação da reestruturação. Então, ninguém é bonzinho aqui não. Foi realmente o Ministério Público que interveio nas ações.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Sr. Paulo.

Tem a palavra a Sra. Selma Maria.

A SRA. SELMA MARIA – Boa tarde a todos e todas e à Mesa. Sr. Secretário, quero mais uma vez reforçar a questão do programa da pessoa idosa. Sabemos que a nossa população está ficando idosa. A partir do ano que vem, eu já vou fazer parte dessa população e, se não houver investimentos do Município específicos, esse grupo vai ficar à mercê, e isso já está acontecendo. Não vemos nada orçado e não podemos esperar pelo Governo Estadual nem pelo Federal, que congelou os gastos com saúde por 20 anos.

Outra questão é sobre a melhoria dos hospitais das autarquias. Acredito que tenha que haver um ponto de partida. Isso vai acontecer a partir de quando? Precisamos de uma data, porque os hospitais de autarquias estão realmente sucateados em todos os aspectos, até

mesmo o seu RH. O senhor disse que houve consultas para 15 mil pessoas, só que em uma única Unidade Básica de Saúde da zona Leste, a AMA do Parque Paulistano, tem uma fila de espera para os consultas em especialidades de 2.400 pessoas. Estive lá e estou acompanhando.

Para a OS do Burgo Paulista, o Conselho lhe entregou um abaixo-assinado para não ser retirada a unidade de saúde para ser colocada junto com as Três Marias. Espero que o senhor nos atenda e mantenha a Unidade Básica de Saúde lá.

Para finalizar, sobre a 141, o senhor abordou a questão da mortalidade materna e infantil, mas precisamos de números. Quanto em 2016, quanto em 2017 e quanto agora, em 2018? Precisamos desses números para avaliar.

Agradeço mais uma vez à população por ter comparecido e por apoiar o Conselho Municipal de Saúde, porque é ela que nos traz as demandas para as quais lutamos.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – *Tem a palavra o Sr. Mário Sérgio Bortoto.*

O SR. MÁRIO SÉRGIO BORTOTO - Bom dia a todas e todos. Tenho algumas questões para o Secretário quando fala que está dando prioridade às UPAs ou aos equipamentos que estão 70% construídos. Gostaria que o senhor desse prioridade para a UPA Perus, que tem mais de 60% construída, e o funcionamento desta UPA está dependendo da readequação de três unidades. O Pronto-Socorro vai para lá. Vai liberar o espaço do Pronto-Socorro para que a AMA Especialidades vá para o Pronto-Socorro. E vai liberar o espaço da AMA de hoje, que vai abrir novas estratégias de saúde da família. Isso para nós é fundamental. O Dr. José Mauro sabe, já cansamos de falar, mas é sempre bom repetir. Dar prioridade para essa UPA Perus.

Outra questão, quando o senhor fala que vai readequar estruturalmente 58 unidades, gostaria de saber se no Distrito Anhanguera tem alguma dessas unidades que será

readequada. Lá há quatro unidades que funcionam em precaríssima condição de saúde, inclusive para os funcionários, que estão lá fazendo um trabalho excelente, tirando leite de pedra, mas não há condição de trabalho nessas quatro unidades. Inclusive, uma delas é apelidada de a rampa da morte.

Em terceiro lugar, sabemos que há um vazio assistencial na região de Perus, Anhanguera. Não há nenhum leito hospitalar e temos quatro rodovias que cortam a região. E quando o senhor fala que vai fazer uma valorização dos funcionários públicos diretos, vai haver novos concursos públicos? Essa é uma grande questão, porque temos lá na região algumas unidades que são da Direta, as pessoas estão aposentando, morrendo e não há reposição nesse quadro de RH.

Para finalizar, gostaria de responder contrário ao Vereador Natalini, quando fala que não podemos partidizar a questão do SUS eu concordo, só que não posso concordar com o partido que vota a favor da PEC da morte, que durante 20 anos vai tirar dinheiro da Saúde, da Educação e da Assistência Social. São essas as reivindicações de Perus/Anhanguera.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Sr. Mário. Tem a palavra a Sra. Maria Isabel.

A SRA. MARIA ISABEL – Boa tarde a todos e todas, só reiterando o que o Mário acabou de dizer, o vazio assistencial que temos na área da Anhanguera. Perus e Anhanguera não têm cobertura, estrutura para funcionamento. Não que não tenha funcionamento, como ele diz tiramos leite de pedra. Fazemos além da conta, só que não temos estrutura nenhuma.

Então precisamos disso com a máxima urgência. E quando vimos que para Perus tem muito pouco ficamos um pouco irados, o Conselho todo. Precisamos colocar a nossa boca no trombone e pedir, porque não é justo o que acontece lá. Gostaria até que fossem lá para ver a situação. São prédios caindo, infiltração de água nas unidades. Isso é muito difícil. E

tentamos da melhor forma possível fazer o nosso trabalho, mas a parte estrutural está sendo muito complicada. É isso que viemos aqui para reivindicar.

Trouxemos nossas reivindicações detalhadas para 2019. Vamos encaminhar. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Maria Isabel. Tem a palavra a Sra. Maria Ivone Silva.

A SRA. MARIA IVONE SILVA – Boa tarde a todos, à Mesa. Esperamos que todos prestem atenção no que falamos. Ficaríamos muito felizes se não estivermos aqui falando ao léu.

Vou repetir o que o Mário e a Isabel falaram sobre o Distrito Ananguera/Perus. Perus é periferia da periferia, vocês sabem, mas só que somos seres humanos e merecemos respeito. O que está acontecendo nas unidades de saúde de lá é desumano para com os profissionais que trabalham ali, porque eles trabalham em corredores, às vezes do lado de fora onde tenha um cobertinho. Lá eles ficam num sol de 30 graus e os usuários também.

Por favor, vamos nos colocar no lugar das pessoas que moram ali na periferia. Vão visitar para ver como é para poderem trazer algo de bom. Lá não temos UBS na verdade. No Distrito Ananguera o que temos são casas alugadas, adaptadas para ser uma UBS. E logicamente que essa UBS não será de qualidade como uma UBS mesmo. Não temos nenhuma lá. Em algumas chove dentro, outras menores que não cabem nem os funcionários, imaginem os usuários.

Então lá precisamos de construção, de estrutura, de UBS no Distrito Ananguera, Morro Doce e Perus. Deem um olhar para lá.

Muito obrigada.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só queria fazer uma pergunta, existe espaço físico para fazer a construção de unidade?

A SRA. MARIA IVONE SILVA – Juliana, é o seguinte, o que mais existe lá é

espaço, só que eles falam que tem de ser espaço público e eles falam que não é público. Então porque não compram, terreno tem bastante lá. Quando têm eles fazem praça ao invés de fazer uma UBS.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Maria Ivone. Tem a palavra a Sra. Katia Cristina de Souza Dias.

A SRA. KATIA CRISTINA DE SOUZA DIAS – Vou ser bem breve porque já fui contemplada com as palavras dos meus companheiros do Conselho. Hoje estou aqui também representando o Conselho de Perus/Anhanguera, mas vou falar particularmente como agente de saúde há 18 anos da UBS Recanto dos Humildes, em Perus.

Estamos bem preocupados em saber que não está indo orçamento para lá porque temos essa reivindicação, já conversamos na Coordenadoria, vem conversando nos fóruns, no próprio Conselho. Somos bem participativos e queremos realmente garantir que haja esse olhar. Somos sete equipes e já estamos atendendo acima do que é preconizado a cada agente. Tem agente com 300 famílias. Particularmente estou com 240.

Então sete equipes não dão conta da população. Temos uma área de invasão e atendemos fora de área e precisaríamos de pelo menos mais sete equipes, só que não temos espaço nem para nós lá na unidade. Sabemos que não é só o Recanto, é todo Perus e Anhanguera, mas hoje vim representando o Recanto dos Humildes, porque já temos o projeto de outra unidade. A Juliana perguntou do espaço, já tive a oportunidade de vir conversar pessoalmente, não sei se a Juliana lembra.

Então a nossa briga lá é essa. Temos espaço, mas às vezes a Associação toma conta. Tem de ter esse cuidado porque temos espaço, mas nos ajudem a conquistar isso para a Saúde do nosso território.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada você pela objetividade e cumprimento do tempo. Tem a palavra a Sra. Juelaine Santana.

A SRA. JUELAINÉ SANTANA – Sou da assessoria técnica da gestão participativa de Perus, quero agradecer o Conselho de Perus que está em peso hoje aqui.

Temos nos debruçado na questão de discutir as prioridades do território e vou contar uma situação pessoal, fui ler o mapa da desigualdade da primeira infância. Estava lendo o mapa em casa e comecei a chorar e o meu marido quis saber por que eu estava chorando. Falei para ele: porque nossas crianças estão morrendo.

Fazemos grupos de estudo enquanto técnicos, enquanto gestores do território de Perus/Anhanguera e faz mais ou menos cinco anos que nos debruçamos na questão da mortalidade materna/infantil e os índices não abaixam. Lendo o mapa da desigualdade da primeira infância vamos percebendo que não adianta os profissionais, os gestores se empenharem em tentar melhorar esses indicadores se não tivermos investimento.

E lendo o mapa da desigualdade da primeira infância percebemos que não é só investimento em Saúde, vai muito além. Precisamos de investimento em todas as áreas. Quero perguntar para o Secretário quais são os critérios de investimento, porque vi pouco investimento para Perus/Anhanguera e temos um índice enorme de mortalidade materna/infantil. As nossas crianças estão morrendo e precisamos de investimento.

Por exemplo, a Unidade Recanto atende três vezes mais do que deveria. Todas as unidades, temos um vazio assistencial na Anhanguera e temos um bairro chamado Morro da Mandioca e Maria Trindade em que não há nenhum serviço de Saúde. A UBS Parque Anhanguera que tem pouquíssimos profissionais, todos foram se aposentando, foram morrendo e não foram repostos.

E estamos pedindo nesse documento, Secretário, que mude o modelo de Perus/Anhanguera. Estamos pedindo PSF para as UBSs Perus, Anhanguera. Precisaríamos, para começar a atender a população de Perus adequadamente e diminuir esses índices, de 18 equipes na UBS Perus que na verdade seria construir. E precisaria no mínimo sete equipes no Parque Anhanguera.

Isso já foi colocado no plano várias vezes, só que falta o dinheiro, falta o investimento. Então minha pergunta é: quais são os critérios para investir, se estão utilizando o critério dos índices ruins de desigualdade, do vazio assistencial e da distância.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Muito obrigada, Juelaine. E vou agradecer a Jaqueline por ter tido a delicadeza de ceder a fala, de inverter a ordem. Tem a palavra a Sra. Maria Cristina Belo, que está com problema de hérnia de disco e está em pé esperando há um tempão.

A SRA. MARIA CRISTINA BELO – Na presença da senhora e do senhor Secretário, cumprimento a todos e a todas.

Meu problema é o seguinte: desde 2004 venho discutindo o Centro de Especialidade Odontológica em cada Prefeitura. Nós tivemos verbas do Governo Federal Humberto Campos que liberou verba para 14, porque tínhamos 17 na época e faltavam 14. A Prefeita Marta recebeu, o Dr. Vecino assinou e até hoje esses centros de especialidade não foram colocados nos lugares que deveriam ser. Esse é um questionamento.

Outro questionamento é que os nossos coordenadores, gestores, que leiam as atas das unidades básicas, porque se eles lessem, fizessem a estatística, o senhor não estaria passando agora por esse aperto, o senhor já teria conhecido as regiões há mais tempo.

Eu digo isso porque nós, da Unidade Osvaldo Marçal, da noite para o dia ficamos sem dez especialistas, sem nove especialistas e uma enfermeira. Precisamos lutar, lutar, lutar até provar que Lei 8.080 não foi revogada. Implantaram a estratégia da saúde da família da noite para o dia e a OS não estava preparada; nós ficamos sem médicos de março até julho. E outra: os médicos que lá estiveram até junho – os que estão eu não sei – não tinham capacitação, não eram generalistas, eram recém-formados e foram contratados.

Outro problema na nossa OS: é a que paga menos para os funcionários, para os médicos, então o médico entra, pega capacitação na estratégia da saúde da família e procura

outra OS em que ganhe mais. Este é outro problema sério que nós temos e precisa ser revisto. Quando foi feita a CPI das OSs, a nossa está no meio.

E eu volto a falar: é preciso que os senhores deem ouvidos a quem mora no bairro. Eles sabem o que precisa na sua comunidade, conhecem casa por casa. Nós estamos cansados de ver trocar governo, senhor, e a população é a mesma; ao contrário, ela aumenta.

Eu gostaria de dizer mais uma coisa a respeito disso. Na nossa região tem o Hospital Mandaqui, que está sendo proposto como hospital estruturante. É um hospital estadual. Está numa crise violenta, então nós não temos pronto-atendimento da região Jaçanã, Tremembé, Tucuruvi, Santana, porque o único pronto-atendimento é o pronto socorro de Santana, que fica a 18 quilômetros de onde nós estamos. O próximo hospital é o São Luís Gonzaga, que também está péssimo. Mas nós sabemos que o senhor ainda vai tomar atitude com esse hospital.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – D. Maria, infelizmente seu tempo acabou.

A SRA. MARIA CRISTINA BELO – Desculpe. É muito grande a minha situação e a minha... Eu não tenho nem palavras para falar da incapacidade administrativa que nós temos na região. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Agora, sim, tem a palavra a Jacqueline Araújo da Silva, que eu não vou chamar de senhora.

A SRA. JACQUELINE ARAÚJO DA SILVA – Boa tarde. Meu nome é Jacqueline, sou obstetrix.

A Juliana já contemplou boa parte do que eu ia falar. De novo estamos aqui pedindo o adiantamento da contratação porque, para além do parto humanizado, tem uma questão mais séria ainda que é a mortalidade materna, a mortalidade infantil, a violência obstétrica que atinge muito mais – a gente sabe pelos estudos – as mulheres negras, mulheres da periferia.

A contratação de obstetrias precisa acontecer, porque já se sabe, também por estudos e por dados de outros países – porque é uma profissão muito comum em outros países -, o quanto a profissional obstetria ajuda compondo a equipe de assistência à saúde da mulher, principalmente da mulher de baixo risco. Nós somos muito capacitadas para atender essa população.

Eu trouxe uma carta pedindo uma reunião com o Secretário para conversar sobre a questão do orçamento, como a gente poderia fazer isso acontecer. A gente sabe que no Plano Plurianual a contratação está só prevista para 2020, mas são 20 profissionais. Acredito que, para o Orçamento, não é um gasto em saúde, mas um investimento, e é pela vida das mulheres. Então eu queria entregar a carta para o Secretário.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Fique à vontade, Jacqueline.

Tem a palavra, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só contemplar que, no dia da reunião com o Secretário, se poderia vir o Secretário de gestão, para a gente fazer em conjunto e pensar etapas para realmente ser executado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – A gente estende o convite ao Secretário de Gestão.

O próximo inscrito é a Sra. Neide, do Conselho do M'Boi Mirim.

A SRA. NEIDE – Boa tarde. Quero saudar a plenária e parabenizar os presentes.

Minha maior preocupação como conselheira é que não foi citada, nesta audiência pública, a preocupação com os pacientes de saúde mental. Na nossa região, a cada dia que passa só aumenta essa demanda. Os familiares já não têm mais paz e todos os dias vão para o hospital levar seu ente querido que, quando chega lá, é contido, medicado e 24 horas depois está em casa; em três dias, ou mesmo no dia seguinte, as pessoas estão desesperadas em

casa, tentando procurar uma alternativa para esse paciente.

Já está na hora de um maior comprometimento, respeito, acolhimento e atendimento digno para nossa população, que é imensa, e a doença exuberante que é a saúde mental da nossa população.

E o Secretário, que está com muita vontade, que já nos fez uma visita no M'Boi Mirim, e que nós estamos acreditando; Secretário, por favor, olhe essa situação. A cada dia que passa tem muita gente doente, com problema de saúde mental.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Neide.

Tem a palavra a Sra. Lourdes Estevão.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Boa tarde.

Em relação às ações de 2018, quero focar na urgência e na emergência, que estão um caos. É muito difícil dizer qual hospital está pior. Eles estão um caos, Secretário. É importante olhar isso. Ele tem feito visitas aos hospitais, a gente tem acompanhado algumas, mas está um caos. A sensação que temos é que não foi investido absolutamente nada na área hospitalar, e é lá que as pessoas morrem, é na urgência e na emergência que as pessoas morrem. Falta RH, falta material, faltam equipamentos.

O senhor esteve agora no Hospital do Campo Limpo, onde um elevador simplesmente caiu com um funcionário dentro, e já é a segunda vez que o elevador cai, e ele continua funcionando. Ontem nós estivemos na autarquia e pedimos: se o elevador não tem condições, fechem o elevador, senão ele vai matar funcionários e pacientes.

Quero terminar fazendo uma proposta. O investimento nos hospitais é urgente. Se a gente quiser investir de fato nos hospitais, a primeira coisa que temos de fazer é concurso público. Temos um concurso aberto para as autarquias e nós pedimos que vocês ampliem a chamada do concurso que está aberto e tem gente que está lá. Da maneira como estão sendo chamados os contratos de emergência, os médicos entram num dia e saem no outro; as

enfermeiras entram num dia e saem no outro, porque sabem que trabalhar naquele caos é colocar o Coren, o CRM e a vida deles em risco, então ninguém quer trabalhar no lamaçal em que estão colocados os hospitais.

Outra coisa: a partir da experiência que nós tivemos na CPI da Assembleia, não vale a pena organização social. Organização social é dinheiro que a gente vai deixar no caminho. Nós temos que otimizar recursos e otimizar recursos é fazer concurso público e investir nos hospitais com administração direta.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Lourdes.

Tem a palavra o João Batista Mariano.

Gostaria de citar a presença do Leandro e pedir que ele esteja na mesa conosco.

Sueli, pode permanecer, não tem nenhum problema, é bom ter mais uma mulher. É muito homem numa mesa só.

O SR. JOÃO BATISTA MARIANO – Boa tarde.

Secretário, já que meus amigos tocaram no assunto, eu também quero. Eu estou no Consabeja, tenho a pasta do idoso do Jabaquara na minha responsabilidade. Há seis anos a gente luta pela saúde do idoso no Jabaquara. O idoso, no Jabaquara, não tem ILPI, não tem centro-dia, não tem uma Ursi, não tem leito hospitalar de retaguarda para ele poder morrer. A pessoa trabalha a vida inteira e, no Jabaquara, não tem dignidade quando chega ao final da sua vida.

Há seis anos a gente luta e há quatro anos nós ganhamos, da gestão passada, o terreno para fazer a URSI. Esse terreno está lá, mas a Saúde fala que não tem dinheiro para construir. A própria Prefeitura Regional dá o terreno e vocês não têm dinheiro para construir a URSI.

Outro problema: a unidade da Vila Guarani. Há 20 anos nós lutamos para construir a Unidade da Vila Guarani, procuramos local para colocar, porque tem 35 mil pessoas

desassistidas na Vila Guarani. Nós lutamos para construir essa unidade e não conseguia, não tinha casa suficiente para pôr essa unidade. A gestão passada deu o terreno para a gente, inclusive o Gilberto Natalini, um assessor dele foi contra quando o Prefeito deu, porque lá era uma jogatina, lá era uma jogatina, nêgo vivia jogando dominó, baralho a noite inteira. Quando nós ganhamos o terreno da gestão passada, um assessor dele – não foi ele – foi contra a gente se apropriar do terreno.

E nós nos apropriamos do terreno, sim. Jogamos o galpão que estava em más condições no chão, está lá aquela montoeira de entulho há quatro anos esperando essa unidade ser cumprida, e até hoje não foi. Será que o senhor podia dar uma devolutiva para isso?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigado, Sr. João.

Tem a palavra o Sr. Isidoro Santos.

O SR. ISIDORO SANTOS – Boa tarde.

Eu, como gestor aposentado de RH da área hospitalar, HCeano há 40 anos. Sabemos que Saúde é enxugar gelo. Não é fácil. Passamos por diversas administrações e eu fiquei feliz quando o Secretário substituiu Wilson Pollara. Digo isso porque fazemos parte do Conselho Gestor de administração da Associação Comercial de São Paulo e Wilson Pollara foi poucas vezes lá falar sobre a pauta da Secretaria Municipal de Saúde. O Dr. David esteve por diversas vezes lá e o Dr. Pollara esteve pouquíssimas vezes.

Temos de dar valor para quem trabalha: pode ser azul, vermelho, roxo, pode ser qualquer cor. A minha cor é o povo. Eu vou defendê-lo em qualquer instância: pode ser na Saúde, na Educação, Habitação.

No Governo da Marta, levamos a UBS Laranjeiras. Hoje, estamos na zona Sul, divisa Diadema. Tem um hospital em Diadema que está fecha, não fecha. Já passamos para o Secretário Estadual de Saúde os problemas daquela região e acompanhamos.

Eu já fui conselheiro de Saúde estadual, municipal, de Educação. Já estou na terceira idade e fico muito chateado quando vemos a deselegância de algumas pessoas que foram eleitas com o nosso voto. Vamos ter uma eleição agora. Vamos escolher. Estamos aí na

televisão! A Saúde está bonita, linda, maravilhosa! A Educação está a coisa mais linda! E eu sou conselheiro de um fórum paulista e de um fórum municipal de Educação Infantil desta Casa.

Tivemos um fórum aqui, recentemente, falando sobre Educação Infantil. Foi uma coisa de louco. Eu fiquei tão maluco, porque eu vou ser bisavô e eu vejo o futuro de uma criança que não tem creche, não tem nada. Eu fico muito triste, porque vim para São Paulo em 1965. Moro na região do Jabaquara desde 1965.

Eu fiquei muito feliz quando eu fiquei sabendo que a Presidente da Comissão de Saúde seria a nobre Vereadora Patrícia Bezerra. Eu acompanho Patrícia Bezerra e Carlos Alberto Bezerra. Acompanhamos sem criticar se o cara é azul, se o cara é vermelho, se o cara é roxo.

Obrigado pela participação e vamos juntos mudar o que está acontecendo aí.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Tem a palavra o Sr. Idernani.

O SR. IDERNANI – Boa tarde a todos.

Trago uma questão hoje, aqui, sobre o posicionamento oficial do Secretário Edson Aparecido quanto à reestruturação das UBSs. O Ministério Público realizou uma intervenção e foi cancelada a ordem do antigo Secretário Wilson Pollara, no sentido de que haveria essa reestruturação.

Só que estamos sempre com os moradores do Clube Paulista, e lá sempre se fala que vai haver essa reestruturação, que vai haver uma mudança de deslocamento da parte da UBS com outra UBS de dois bairros, o que prejudicará toda a população, até mesmo no deslocamento para essa UBS. E também não é só lá na UBS do Clube Paulista, que acompanhamos diretamente. Isso acontecerá em outras AMAs e a população se preocupa muito, porque já temos uma superlotação. Hoje, o munícipe não consegue o atendimento. Ele tem de ficar em uma fila que dura por dias, meses, que pode chegar a quase um ano para passar em um especialista.

Ontem eu estava com moradores da Vila Missionária que também me falaram que a AMA de lá será fechada. Então, não temos informações oficiais, mas é por isso que eu gostaria de dar oportunidade para o Secretário, que assumiu agora em julho, a expressar isso oficialmente.

Eu agradeço pela oportunidade. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu só queria entender quem falou que ia fechar.

O SR. IDERNANI – Da Missionária?

P – Isso.

R – Foram os próprios moradores que estavam lá e eles passaram para mim. Eu não tenho na oficial. Isso são informações de moradores do local que utilizam a AMA de lá. Por isso que eu gostaria que o Secretário pudesse dar essa informação oficial.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Idernani.

Tem a palavra o Sr. Gerson de Carvalho. Depois, passaremos a palavra ao Sr. Secretário para que responda as perguntas.

O SR. GERSON CARVALHO – Agradeço a oportunidade.

Em 2011, segundo o IBGE, tínhamos por volta de 120 mil pessoas cadastradas nas unidades de saúde em nossa região, Perus/Anhanguera. Hoje, esse número já passa de 230 mil. É lamentável descobrirmos que as nossas prioridades não estão sendo consideradas por esta Casa. É lamentável, sinceramente, descobrirmos que pessoas podem continuar morrendo na fila de nossas UBSs.

O nosso coordenador José Mauro, graças a Deus, não é daqueles que só ficam sentados. Ele saiu do seu cantinho, lá em Santana, para ir ver a nossa realidade. Quando ele chegou à nossa unidade, ele constatou um óbito, mais um. Por semana, estamos tendo, em média, cinco óbitos. Não temos hospitais. Temos uma AMA, que poderia nos ajudar, mas, infelizmente, está funcionando precariamente. O Sr. José Mauro pode constatar todas essas situações. Realmente, eu tiro o chapéu para esse trabalhador. Graças a Deus que há um que está vendo o nosso lado. Mas o que me preocupa, sinceramente, é o fato de esta Casa não estar preocupada com os moradores daquela região. Preocupa-me esta Casa não levar a sério as nossas reivindicações. Eu, como membro do Conselho Gestor Anhanguera, segmento usuário, sinceramente eu lamento tanta falta de interesse. É preciso morrer gente? É preciso continuar morrendo, morrendo, morrendo? Será necessário? E, se for realmente necessário, eu trarei aqui mais de cinco mil pessoas para que o Secretário realmente leve a sério essa demanda. Será isso necessário?

Eu te peço, Sr. Secretário, olhe com carinho para as nossas necessidades. Olhe com atenção para as nossas necessidades, porque hoje somos nós, amanhã pode ser você.

Outra coisa. Nós aqui, em nome do Conselho Gestor, trazemos uma pauta de

prioridades para entregarmos ao Sr. Secretário.

Agradeço. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Obrigada, Gerson.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. EDSON APARECIDOS DOS SANTOS – Eu também, quando entrei na Secretaria, achei estranho que os PAS 16 e 17 não tinham sido aprovados. Foi a primeira coisa que eu discuti com o Conselho. Não podemos fazer nada enquanto não aprovar o 16 e o 17. E, aí, evidentemente, é uma obrigação do conjunto do Conselho. Aliás, tiramos isso de uma reunião com o núcleo mais executivo, de fazermos isso até dezembro para encerrarmos esse processo. Foi algo que definimos conjuntamente.

A UBS Anchieta, Seiti, não foi de contrapartida. A UBS Anchieta foi um conjunto de recursos arrecadados de empresas que doaram a construção para o Município. Os recursos doados não foram suficientes para terminarmos a unidade. Então, o que eu fiz? No meu terceiro ou quarto dia, em que estava na Secretaria, fui com o pessoal do Conselho Gestor até à região, com o Ênio e... E aí, não tem jeito e não tem mais doação para terminar. Então, agora, ou termino com recursos da Secretaria ou não termino. Mas temos de terminar, até porque estamos falando do maior vazio assistencial da Cidade. Muito maior que a zona Norte. Muito maior que a zona Norte, que é o Grajaú e Capela do Socorro. Não tem parâmetro de comparação. Não tem parâmetro de comparação, se você for ver. Por isso que temos de terminar. Temos de pegar, agora, um recurso com o Município e terminar. Fizemos dois orçamentos. O menor orçamento, para colocar para funcionar, é de 1,2 milhão. Não adianta deixar, agora, aquilo deteriorar do jeito que está lá. Agora, é terminar a obra e entregá-la.

Evidente que estamos em um momento... Mais quinze dias e isso acaba. Mais quinze dias acaba. É um momento muito sensível. Mas é de uma profunda desonestidade, profunda desonestidade, as pessoas irem a uma região e dizerem que um equipamento – seja ele qual for -, vai fechar. Nunca foi discutido que fecharíamos o Burgo. Nunca. Nunca foi discutido. Inclusive, recebi uma comissão, no Conselho de Saúde. Eles foram lá, com um abaixo-assinado e eu garanti, assinei, que nunca fez parte da Secretaria fechar isso. Nem o Missionário. Aliás, em minha gestão não fechará nada. Só se abrirá.

Aliás, para se ter uma ideia, em 2017 tínhamos um total de profissionais em AMA e em UBS, dessas 13 que cessaram, 101 médicos, em UBSs. Em AMAs, tínhamos 683. Total de profissionais: 683, em 2017; 502, em 2018, durante a reestruturação, que não existe mais.

Tivemos uma discussão com o Ministério Público, com a Câmara Municipal. Havia uma sugestão; fizemos um acordo com o Ministério Público e retomamos o funcionamento. Foi determinação nenhuma. Não foi determinação. Chegamos a um acordo. Não precisou haver determinação judicial para isso e retomamos o funcionamento das AMAs.

Um dia desses, tivemos um problema no Tietê. Recebemos o pessoal do Tietê, que a Juliana pediu. E, nas 13 AMAs que retomamos, estamos fazendo o acompanhamento diário dos profissionais. Diário. No final do dia, temos lá: quantos médicos foram, se faltou alguém, se tem de ir atrás de alguém.

Hoje, nós temos, neste complexo, 754 profissionais. Quanto aos médicos de UBS, em 2017, nós tínhamos 101. Durante esse processo de reestruturação, eram 104. Agora, temos 132. Nas AMAs, com relação a postos de trabalho, nós tínhamos 174 em 2017 e 89 em 2018. Temos 189, agora.

Então, um processo de reestruturação que se iniciou na Secretaria era fazer a substituição de um serviço por outro. Não vou entrar no mérito da discussão – até porque, como isso é uma questão superada, nós temos de gastar energia, aqui, para discutir outras coisas. Isso está completamente superado. Não vou gastar mais um minuto dos técnicos da Secretaria em torno disso – a não ser saber se aquelas que nós retomamos estão funcionando bem ou não. Aí, sim, nós vamos gastar tempo.

Então, não há fechamento nenhum, nenhum. Isso é lidar com a sensibilidade das pessoas. É um negócio grave sair por aí dizendo que vai fechar isso, que vai fechar aquilo. Então, não é política da Secretaria. Não é determinação da Secretaria. Ao contrário, estamos fazendo um esforço enorme e agora eu vou colocar um pouco de como resolver algumas coisas.

Os dois maiores vazios assistenciais da Cidade são zona Leste e zona Sul. Portanto, há prioridade. A energia que nós vamos ter de buscar é fazer com que, nessas duas regiões, cujos indicadores não são aqueles indicadores que existem em outras regiões, se diminua essa distância. Nós precisamos diminuir a distância social que existe na Cidade. Portanto, eu preciso pegar uma região que teve um menor investimento ao longo do tempo e

fazê-la se aproximar daquela que teve mesmo, eventualmente, um mau investimento ao longo do tempo.

Porém, também é insuficiente. Não estou dizendo que é suficiente. Estou dizendo que eu preciso reduzir essa distância. Se eu não fizer isso, eu vou continuar aumentando essa distância. Em termos de mortalidade infantil, por exemplo, nós temos três regiões que se aproximam de um dígito, que é o que temos de alcançar, mas na zona Leste nós estamos com 14,1, acima dos 11,2 que o Município tem. Então, não tem jeito. Eu não posso fechar os olhos para isso. Na zona Leste tenho de fazer alguma coisa mais. Nós, da Secretaria e do Governo como um todo, temos de fazer alguma coisa a mais para reduzir isso. É claro. É evidente. Nós temos outras regiões que têm índices melhores.

Volto a dizer que não significa que vamos deixar de investir. Não é isso, mas não há a menor sombra de dúvida sobre o cobertor que temos. É um cobertor. Não tem jeito. Se eu cobrir um lado, eu descubro o outro. Como é que eu vou cobrindo, ali, para poder fazer um atendimento o mais equânime possível que possamos fazer?

Aí, na área de Saúde mental, o que aqui foi colocado é, por exemplo, um desafio. Nós unificamos, agora. Peguei o Arthur Guerra, que estava no Redenção, e o coloquei na Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria. A Secretaria precisa ter uma estratégia na área de Saúde mental. É claro.

É tranquilo. Eu não tenho problema nenhum em assumir erro, que estamos muito insuficientes. Nós estamos muito aquém. Para vocês terem uma ideia, vamos inaugurar 16 unidades do CAPS no ano que vem e vamos reclassificar oito, de II para III – mas ainda é insuficiente. Nós não temos, por exemplo, no campo dos nossos hospitais, uma rede psiquiátrica estruturada e definida. O que acontece? Eu fui a todos os hospitais. Vai-se lá e há um cantinho onde se coloca o pessoal que tem problema psiquiátrico. Então, junta-se, lá. Bota-se, lá, em um canto. Não pode ser assim. Eu tenho de ter uma política dentro da autarquia pela qual eu possa estruturar um serviço psiquiátrico de qualidade, que é o que vamos fazer. Agora,

é evidente. Pegam-se essas coisas. Agora, atacamos isto, aqui. Agora, atacamos aquilo, ali.

Para suprir, inclusive, as dificuldades na região, nessa região sobre a qual vocês falaram, o que nós fizemos? Nos dias 1º, 2 e 3 nós estaremos em Brasília, fechando empréstimo do BID. São 200 milhões de dólares. São cem milhões da Prefeitura de São Paulo. Já está contido no orçamento. Está vindo para cá. Aí, vai para o Senado, para podermos assinar o empréstimo do BID. Estão no empréstimo do BID. Portanto, é coisa a que vamos imediatamente iniciar processo de licitação.

Há a construção da UPA do Parque Anhanguera e a reforma da UBS do Parque Anhanguera. Os dois estão no BID. Há a construção da UPA City Jaraguá, que estava naquela licitação que deu errado. Então, eu tirei daquela licitação. Nós não vamos, então, reliciar, neste caso. Colocamos no empréstimo do BID, como fizemos, também, com a UPA Jabaquara, do Hospital Jabaquara. Não vamos reliciar. Nós vamos colocar no projeto do BID, pois, aí, para a construção, o processo vai ser muito mais rápido.

Então, vamos inaugurar, agora, no dia 15 de outubro ou no dia 18 de outubro, a UBS Sem Terra. Eu tive de fazer uma negociação com a empresa. Vamos encerrar a obra para poder entregar, ali, Pirituba-Jaraguá. Eu falei de City Jaraguá, também? Falei, não é? City Jaraguá deu problema e colocamos no BID. Está aqui. Já está com o banco. A Brasília, nos dias 1º, 2 e 3, vai a equipe nossa, da Secretaria, junto com a Fazenda. O Sr. José Mauro teve papel importante nisso. Nós estamos indo lá. A Sra. Rosana está aqui, também. Se Deus quiser, vamos fechar e assinar o contrato de empréstimo até dezembro, no mais tardar – talvez, até antes.

Da rede psiquiátrica eu falei. Quanto a residências terapêuticas, estamos inaugurando 10 até dezembro, para cumprir o TAC de Sorocaba. Estão em um acordo que acabamos de fazer com o Ministério Público Federal mais 30 residências terapêuticas para 2019. A Promotora Lisiane esteve conosco nesta semana. Fizemos duas ou três reuniões. Fechamos o acordo e vamos ter mais 30 residências terapêuticas em 2019.

Eu costumo dizer que, onde tudo é prioridade, nada é prioridade. Prioridade é prioridade. Ponto! Então, agora, nós precisamos inaugurar a UPA, lá, do Hospital de Pirituba. Depois, nós vamos cuidar da UPA Perus. Aí, acertamos. Porém, é isto: agora, dá para se fazer isto. Vamos fazer. Vamos entregar. Vamos botar para funcionar. Em seguida, fazemos aquilo. Se eu chegar aqui e disser que nós vamos fazer tudo ao mesmo tempo, não se faz. Não se entrega nada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Depois, o Sr. Eduardo também vai falar um pouco. Só eu estou falando.

Quanto à reclassificação das oito unidades do CAPS, nós vamos gerar 64 leitos e vamos ter o primeiro CAPS na Cidade que é CAPS 24 horas. É o primeiro Capes IV do Brasil. Vai ser o primeiro e também estamos nos esforçando para tentar entregá-lo até dezembro. Será ali, na cracolândia, Princesa Isabel.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Um minuto, Sr. Secretário. É para uma questão regimental. Eu vou encerrar a audiência pública, mas o Secretário continuará aqui, para terminar de responder às perguntas.

Então, por limite regimental, declaro encerrada a presente audiência pública. Tenham todos uma boa tarde – mas todo mundo fica aqui.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Combinado. Nós temos um problema, realmente. Sra. Sônia?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Não, da Urgência e Emergência.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Sra. Lourdes? Sra. Lourdes, fizemos, já, uma nova. A atenção de Saúde nossa tinha um leque muito grande de atribuições. O que nós fizemos? Nós pegamos, agora, essa área a que estamos chamando “o acesso à

Secretaria”. Aí, colocamos em um trabalho que tem a coordenação do Sr. Takano. O que nós fizemos? Nós pegamos, agora, essa área que estamos chamando de “acesso da Secretaria” e aí colocamos num trabalho, que tem a coordenação do Takano. Então nós colocamos o SAMU, urgência-emergência e eletivas, todas elas juntas, organizadas, sob uma coordenação. E estamos fazendo um esforço. Eu fiz uma primeira reunião há dois meses com o Secretário Estadual de Saúde; e duas, três reuniões com a equipe do Secretário de Saúde. Também para a gente um pouco equilibrar, organizar melhor essa questão do acesso, das cirurgias, enfim, para que haja uma interlocução muito mais próxima. Mas acho que o Eduardo, depois, pode colocar. Mas você tem razão: essa é uma área na qual temos de ter uma atenção especial, dar uma estruturada melhor nesse serviço. Eu estou visitando todas áreas nossa, e eu fui ao nosso prédio de regulamentação, e vi como o pessoal fazia. Por isso que a gente vai ter um investimento muito grande na área de tecnologia, no programa do Bird, que é capacitar as nossas unidades – a Secretaria como um todo –, para termos tecnologia, os aparelhos de computação funcionando direito. E vamos concentrar toda a nossa energia, se Deus quiser, em 2019, com os recursos do Bird, na implantação do prontuário eletrônico. Não tem cabimento não termos um prontuário eletrônico na Secretaria de Saúde. Não tem cabimento. Esse seria um instrumento assistencial importante, otimizaria recursos, material humano, enfim.

Na questão de recursos humanos, nós precisamos ter uma proposta mais geral. Quando você faz uma política, sobretudo de valorização de recursos humanos, temos, primeiro, de ter uma visão de conjunto; não dá para sair apagando incêndio, porque, senão, eu acabo, eventualmente, por algum motivo justo, resolvendo uma ponta da Secretaria, mas descoberto em 90% dela. Então é preciso ter uma visão de conjunto da Secretaria, para que eu possa, exatamente, fazer toda essa questão de revalorização, e, sobretudo, na nossa rede direta, sob o ponto de vista de capacitação, sob o ponto de vista de remoção. Nós podemos fazer uma política de remoção tendo em vista, inclusive, a qualidade, a capacitação dos funcionários, para podermos ter uma política de remoção para beneficiar o bom funcionário,

não, às vezes, o mau funcionário. Mas eu tenho que fazer uma proposta, uma política de concurso, na qual exista não apenas essa visão de conjunto mais assistida... Eu tenho um problema de médico, mas também tem um problema terrível de técnico de enfermagem. Terrível. E preciso fazer os concursos dentro de um planejamento ao longo do tempo, porque aí eu vou tendo condições e capacidade de ir usando as pessoas que foram fazendo concurso. Foi feito um concurso para mil médicos. Chamamos, até agora, quase 800. Só entraram 200. E aí eu tenho um problema sério, porque eu só posso chamar o outro... porque, aí, o cara não atende o chamado da Secretaria, ou vem, entrega o documento, mas não volta. O chamado é distante do concurso. E eu só posso chamar outro se todas as etapas daquele que tem que ser convocado foram cumpridas, e isso leva uma eternidade. E eu só posso chamar outro concurso quando eu terminar esse concurso. Por isso que eu estou dizendo: eu tenho que fazer um planejamento de concurso que, ao longo do tempo, eu não sofra com isso, porque, senão, não tem jeito. Você faz um concurso, é isso: tem que esperar dois anos para fazer outro. Então é essa a proposta que vamos tentar estruturar. E isso num conjunto de coisas: investir na capacitação dos nossos funcionários da rede direta, que é uma coisa superimportante.

Finalmente, anotamos coisas para as quais não temos resposta. Quer dizer, não que não tenha resposta, mas ainda não sabemos. Mas vamos retornar.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Aí, o senhor pode enviar por escrito para a Comissão, que nós vamos repassar ao usuário e àquele que frequenta a Comissão de Saúde.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – Só para encerrar, queria dizer o seguinte: mesmo respeitando o posicionamento de cada um, e a visão de mundo das pessoas, nós temos que fazer uma avaliação das coisas à luz de resultado concreto do que deu certo e do que não deu, que precisa ser corrigido, que precisa ser mudado. Eu acho que a questão das organizações sociais é isso: tem muita experiência boa, tem muitos locais em que não conseguiríamos dar a saúde que damos com a qualidade que é dado se não fosse esse tipo de

parceria, como tem muita coisa que precisa ser revista. Então precisamos é, com muita tranquilidade, fazer um discurso mais sob o ponto de vista do resultado, da experiência concreta, do que que está acontecendo, e, aí, corrigir, do que, eventualmente, só fazer uma avaliação de ordem mais no campo das ideias. Eu acho, por exemplo, que o Prefeito Haddad, que tinha até uma concepção direta, mas, quando permaneceu com as OS, e até as ampliou, em alguns casos, ele foi correto, porque ele enxergou que, naquele momento, ele não tinha como substituir todo aquele sistema por um outro. Então é por isso que estou dizendo: temos de ver a experiência acumulada. Onde deu errado, botar o dedo na ferida, ver o que tem que mudar. E onde deu certo, onde as coisas estão funcionando, reconhecer que estão funcionando. É esse o debate que temos de fazer, e nos somarmos para buscar melhorar um pouco, cada vez mais, a qualidade da saúde pública na cidade, que é realmente um grande desafio. Estamos falando de 7,7 milhões de SUS dependentes. Que sistema público no mundo tem isso? Tem problema, tem problema, mas, na hora que colocamos 15 milhões de consultas... Aconteceu um problema aqui, acolá, vamos lá resolver, e tal. Mas, de repente, por conta de uma coisa isolada – e tem muita coisa para mudar, superar e melhorar –, mas pegar o sistema todo e desancá-lo, se fizermos isso, vamos ter errando. Então o que precisamos é buscar que a administração pública enxergue isso, e enxergue isso com os Vereadores, com o controle social. Se não fizermos essa ação com controle social, o resultado vai ser muito mais difícil de ser alcançado. Eu tenho absoluta clareza sobre isso. Se não fizermos essa coisa de forma muito colada às pessoas que estão lá na ponta... Quem está às seis e meia da manhã no Jabaquara são vocês, não sou eu; cinco horas da manhã lá no Antonieta, que eu fui lá visitar. São vocês que estão lá, junto com as pessoas que estão usando o sistema. Então nós temos que ouvir, temos que sentar junto, saber ouvir crítica. A gente costuma dizer isso, nos encontros, o Prefeito também falou isso: “nós temos uma boca e dois ouvidos, então vamos ouvir mais”. Nós, aqui, e muitos de vocês, e os conselheiros gestores, estavam aqui há muito mais tempo do que quando nós chegamos, e, seguramente, nós vamos embora e vocês vão

continuar. Então temos de ter tranquilidade, sentar à mesa, discutir, e não fazer uma luta fraticida. Porque, como o Gilberto disse aqui, nós estamos no mesmo barco nesse aspecto, porque é tão problemática e tão desafiadora a questão da saúde. Eu tive a oportunidade, e todos os Vereadores que estão aqui à mesa estiveram comigo: teve coisa que eu não solucionaria se não fosse a Patrícia. A Juliana me levou um problema do Polo de Capuava gravíssimo, que vamos ter de fazer alguma coisa, e quem me trouxe foi ela. Não é só chegar lá e fechar a portar, não atender. Não tem sentido nenhum. Então é esse esforço que temos de buscar: tentar solucionar os problemas.

Agora eu tenho realmente que sair. O Eduardo fica um pouco mais, para algumas dúvidas. Toda a nossa equipe está aqui, também permanece. E poderíamos fazer a audiência pública que eu propus sobre a questão da dengue. Nós precisamos nos organizar, porque isso vai ser uma questão realmente bastante importante, e nós precisamos ter uma estratégia comum em relação a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Seguramente. Vamos apresentar um requerimento solicitando essa audiência pública.

Secretário, em nome de todos os membros da Comissão, gostaria de agradecer a presença do senhor, do começo ao fim, respondendo a cada questionamento de forma realista, sem propostas que pudessem configurar uma propostas demagógica, mas com dados de realidade, concretude. Obrigada pela disposição, pela parceria com a Comissão de Saúde. E também queríamos que o planejamento de valorização dos funcionários, que o senhor vai apresentar em 45 dias, assim que apresentado ao Prefeito, o senhor viesse apresentar em nossa comissão, para que todos tenham ciência do plano, em primeira mão.

A Comissão de Saúde agradece a sua presença. Muito obrigada. (Palmas)

Secretário-Adjunto, Dr. Eduardo, fique à vontade para fazer as suas considerações.

O SR. EDUARDO – Muito boa tarde a todos.

Quero complementar algumas questões, para tentar ampliar um pouco mais alguns

esclarecimentos.

Em relação à questão da reorganização do perfil dos hospitais, hoje, vinculados à autarquia hospitalar, e com vistas também à reorganização das portas de entrada, que foi bem colocado aqui, que é um dos grandes, senão o maior gargalo nosso, é o pronto-atendimento, o pronto-socorro, em especialmente, na região norte. Então essa é uma situação em que, além de termos uma lição de casa para dentro das nossas unidades, dependemos fortemente da reorganização da rede junto ao estado. Hoje, sabemos dos gargalos que existem no pronto-socorro de Guainazes, no PS de São Mateus, no Conjunto Hospitalar do Mandaqui, de ter esse acolhimento ao paciente que vem rede básica. E, muitas vezes, a dificuldade do paciente de ter o seu problema resolvido numa unidade de menor complexidade acaba culminando nisso. Então fizemos, na primeira semana que o Secretário Edson chegou, uma reunião com o Secretário Zago, do Estado, e firmamos um pacto de efetivo desdobramento da integração estado e município nos que se refere às redes de assistência à saúde, e com um ponto muito pragmático, que é a integração dos sistemas de regulação. Esse é um tema histórico dentro da Secretário – o SIGA não conversar com o Sistema Cros –, e isso gera um retrabalho para as unidades. Então a unidade básica de saúde tem que ter um retrabalho; a unidade de pronto-atendimento, outro. Isso gera uma duplicidade de filas. Então o paciente, hoje, está no sistema Siga, sai dessa fila, porém sem ter o seu problema resolvido, e entra na fila do sistema Cros. E aí há uma transferência de responsabilidades que não interessa à ninguém, muito menos ao paciente. Então já fizemos um grande avanço do ponto de vista prático, que em teoria não adianta mais falar dessa integração, porque já estamos todos cansados de falar da teoria. Ontem fomos à central de regulação e já definimos que começaremos a integração pela urgência e emergência. Porque urgência e emergência? Porque é o maior gargalo, e não precisa de desenvolvimento de sistema. Então ninguém vai poder chegar aqui com a desculpa: “Olha, está quase tudo pronto, mas precisa de um milhão, dois milhões, para desenvolver”. Não tem desenvolvimento de sistema.

Queremos que até o final do ano no modo de urgência/emergência esses dois sistemas comecem a conversar e o paciente não fique sendo transferido de uma fila para outra fila. Então, essa é uma iniciativa importante que partiu de um acolhimento entre os Secretários Zago e Edson Aparecido de pactuarem isso já nesse momento.

Ainda na questão da regulação, nós temos três setores que definem as linhas de acesso da secretaria: existe o SAMU do pré-hospitalar, existe a urgência e emergência, existem as questões eletivas e ambulatorias. Esses são os três aspectos que definem como é que um paciente consegue ingressar na rede. Para dentro da estrutura da Secretaria nós organizamos sem interferir na individualidade de cada um desses segmentos, nós orientamos uma coordenação única chamada de Coordenação de Acesso. O Dr. Takano, que era da urgência/emergência, passa à coordenar, o que nos garante uma diretriz única para todas as linhas dentro dos aspectos de acesso da secretaria.

Em especial na questão do SAMU, o Secretário comentou, fizemos seis encontros regionais com mais de três mil gestores e uma das questões que apareceu muito foi a questão da saúde mental, que o Secretário já comentou, e a questão da remoção do paciente de Saúde Mental que hoje é um problema na rede, pois você tem que levar o paciente até uma unidade de saúde para um atendimento e você não tem uma remoção.

Então, nós vamos pegar uma experiência da zona Norte que lá existe um SAMU da Mental ainda de uma forma bastante inicial porque não tem reprodução nas outras regiões e nós vamos implementar que o SAMU possa agir nesta remoção junto com a GCM para propiciar essa assistência, que hoje é um vazio nos territórios em relação a esse pré-hospitalar eletivo.

Existem algumas linhas de cuidado que precisam de fortalecimento, uma delas é da saúde do idoso. Saiu uma reportagem acho que hoje ou ontem na *Folha* que dá conta que em 2030 a população de idosos, acima dos 60 anos, vai superar as crianças de 0 a 14 anos. Então, nós vamos ter 18% de idosos e 17 e pouco de crianças. Então essa é uma inversão

demográfica garantida que teremos que lidar com ela. Não é só a Saúde, sabemos bem disso, mas temos uma lição de casa ainda por implementar.

Então, temos três URSIs para 2019, ainda um número insuficiente para fazer frente a toda essa mudança demográfica. Isso vai implicar em maior número de fraturas de colo de fêmur, uma implementação importante dos pacientes com diagnóstico de câncer, todo esse perfil epidemiológico vai ser definido por essa mudança demográfica e nós estamos atentos a isso.

A questão da mortalidade infantil que foi bem colocado aqui pelo Secretário, o aspecto que nós temos de distinção entre os territórios com mais de 14 óbitos para 100.000 nascidos vivos na zona Leste, o que nós temos feito já do ponto de vista prático é identificar que tem no Município de São Paulo um predomínio do componente precoce dessa mortalidade infantil.

Nós temos um contingente de óbitos nas primeiras semanas de vida e isso tem um fator que é agregado às questões congênitas, questões que necessitam cirurgias nos primeiros meses de vida. Nós temos um grande desafio: cirurgia cardíaca congênita que é hoje um grande gargalo. Só em São Paulo, não, como também no Estado e no País. Hoje, o Estado de São Paulo como um todo faz mil cirurgias a menos do que a demanda existente. Existem poucas equipes, não existe formação de equipes suficientes, é uma formação muito longa, de 10 anos, para o médico ficar pleno nessa área.

Então, estamos fazendo o quê? Retomando as parcerias com os prestadores que tem expertise nisso, abrindo um chamamento para as próximas semanas para contratação de cirurgia cardíaca congênita em que pelo menos a Beneficência Portuguesa e Hospital do Coração devem se apresentar para nós repactuarmos a oferta de cirurgia para os nossos pacientes.

Cirurgia pediátrica. Nós temos já encomendado a autarquia hospitalar o desenvolvimento – mapear e identificar um serviço próprio nosso que possa implementar

cirurgia geral pediátrica para aqueles casos mais frequentes de patologias abdominais, gastrosquise, cefalocele que requerem cirurgia de menor complexidade nos primeiros meses e que se não feitas, evoluem para infecção e óbito. Então, estamos trabalhando nesse sentido.

Saúde bucal. A saúde bucal é uma especialidade, uma linha de cuidado, que nós nos comprometemos com o Prefeito de em até 45 dias entregar para ele um plano de fortalecimento da saúde bucal. Temos identificado uma demanda reprimida por prótese dentária. Essa é uma realidade da Cidade de São Paulo e que precisamos atacar.

Para finalizar, algumas complementações. Na questão dos médicos, da força de trabalho médico, que foi falado na questão de salário. Temos uma real ocorrência de razoável canibalismo dentre os parceiros pelos profissionais de saúde, principalmente, médicos. Estamos fortalecendo uma iniciativa que já existe na Secretaria que é o Fórum de Recursos Humanos que vai tentar mediar essa questão dentre os parceiros porque não adianta você ter um canibalismo, todos vão perder, o serviço vai sair cada vez mais caro e todos vão perder. Temos a clareza, como o Secretário falou, a despeito da questão de opiniões sobre o modelo, que hoje é presente, é consolidado, ele não tem mais cor, este modelo é utilizado nos mais diversos governos de todas as tendências e opiniões, então, é o modelo que está consolidado, o que não significa que ele não tenha muito a melhorar: melhorar na questão da transparência, melhorar na questão do acompanhamento dos contratos...

Estamos fazendo uma reestruturação bastante importante no núcleo que acompanha os contratos de gestão dentro da Secretaria. Há um contingente financeiro importante neste modelo. Temos grande parte do orçamento da assistência investida nesse modelo. Então, temos a clareza de que a que se melhorar bastante no acompanhamento, notadamente na disseminação das informações e na transparência.

Eu queria finalizar agradecendo a oportunidade de estar aqui e dizer do desafio de o gestor de saúde tem hoje para responder às necessidades crescentes da população. Certamente a que se melhorar muito o padrão de gestão, o padrão das práticas dos gestores,

mas nunca nós poderemos falar que não faltam recursos. Não podemos admitir que um sistema que tem metade do recurso total de Saúde, que faz frente a três quartos da população, o que vai dar três reais e pouco por dia, mil reais por ano per capita, dá conta de um sistema, dá conta de uma contingência que é saúde suplementar, que tem os mesmos 50% do recurso e dá conta de um terço da população, não está conseguindo dar conta.

Queria reiterar: assumimos a necessidade de melhoria da gestão, mas a questão do recurso do orçamento e de todas as iniciativas possíveis para se implementar este volume de recursos destinados à Saúde vão contar com o nosso apoio. Agradeço a todos. Presidente, agradeço pela oportunidade. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Bezerra) – Agradeço essa complementação que foi enriquecedora, Dr. Eduardo, e nos colocamos à disposição de vocês, da Secretaria para estarmos juntos todas as semanas dando seguimento a explorar a Secretaria como um todo e mostrar para a população o que está sendo desenvolvido e que ela não sabe.

Queria agradecer também a participação democrática de cada um de vocês e não havendo mais nada a ser tratado, tenham todos uma excelente tarde.